

Maria de Fátima Aveiro Colares
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Silvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)

SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E CONTEXTO: perspectivas psicológicas em construção

Coleção Ciência e Desenvolvimento
75

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



DOI 10.29327/5898176

**Maria de Fátima Aveiro Colares
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)**

**SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E CONTEXTO: perspectivas
psicológicas em construção**

ISBN 978-65-84409-16-3

**FRANCA
Uni-FACEF
2026**

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

VICE-REITOR

Prof. Dr. João Baptista Comparini

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Profª. Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª. Drª. Marinês Santana Justo Smith

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Dr. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Prof. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facury

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Profª. Drª. Márcia Aparecida Giacomini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL E ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Dnd. Anderson Fabrício Mendes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Maria Eloísa de Souza Ivan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Profª. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Prof. Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria de Fátima Aveiro Colares

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Ana Carolina Braz Garcia (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (Uni-FACEF)
Lívia Maria Lopes Gazaffi (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (UNESP)
Janise Braga Barros Ferreira (USP-RP)
Mário Luís Ribeiro Cesaretti (UNIFESP / PUC SP)
Sívio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Marisa Afonso Andrade Brunherotti (Universidade de Franca)
João Nery Giorgetti (Unidade Regional de Ensino – SP)
Aurélio Luís da Silva (Unidade Regional de Ensino – SP)

Comissão Organizadora

José Alfredo de Pádua Guerra
João Baptista Comparini
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sívio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva
Lucas Antônio Santos
Leonardo Carloni Rodrigues Meira
Alba Valéria Penteado Orsolini
Flávio Henrique de Oliveira Costa

Editoração

Laís Caramore Borges
Welton Roberto Silva

© 2026 dos autores
Direitos de publicação Uni-FACEF
www.unifacef.com.br

Coleção: Ciência e Desenvolvimento, v. 75

Colares, Maria de Fátima Aveiro (Orgs.)		
C649s	SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E CONTEXTO: perspectivas psicológicas em construção. / Maria de Fátima Aveiro Colares; Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Ana Carolina Garcia Braz; Daniel Facciolo Pires; Marinês Santana Justo Smith; Silvia Regina Viel; Welton Roberto Silva (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF; 2026.	
	107p.; il.	
	ISBN Coleção 978-85-5453-017-4	
	ISBN Volume 978-65-84409-16-3	
	DOI 10.29327/5898176	
	1.Multidisciplinar - Fórum.	2. Iniciação Científica.
	4. Metodologia.	3. Pesquisa. I.T.
	CDD 150	

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

A Psicologia, enquanto ciência plural e comprometida com a complexidade da experiência humana, encontra nas produções acadêmicas de graduandos e docentes um espaço fértil para o encontro entre o rigor científico e a sensibilidade diante do sofrimento, do desenvolvimento e das contradições da vida social. É com esse espírito que este e-book se apresenta ao(à) leitor(a): como um conjunto de olhares atentos sobre fenômenos que atravessam o cotidiano de crianças, adolescentes, famílias e da cultura contemporânea.

Os oito artigos reunidos nesta publicação são fruto de pesquisas desenvolvidas no curso de Psicologia do Uni-FACEF e apresentados no *XX Fórum de Estudos Multidisciplinares* de 2026. As produções expressam a diversidade temática e metodológica que caracteriza o pensamento psicológico atual. Na interface entre Psicologia do Desenvolvimento, Educação e Cultura, três artigos se destacam: um explora como o contexto familiar negligente e o ambiente escolar acolhedor moldam o desenvolvimento cognitivo e social da criança, tendo como fio condutor o filme *Matilda* (1996), articulando as teorias de Piaget, Vygotsky e Bowlby; outro discute a escola como espaço estratégico para a promoção da saúde mental na adolescência, fase marcada por intensa vulnerabilidade emocional; e um terceiro examina os impactos psicológicos e identitários da Geração Alpha, problematizando os desafios que essa nova configuração geracional impõe à sociedade contemporânea. No campo da Psicopatologia e da Psicologia Clínica, três trabalhos aprofundam questões sobre transtornos de personalidade e suas representações: um investiga os fatores biológicos, psicológicos e sociais — incluindo alterações neurológicas e histórico de negligência afetiva — que contribuem para o desenvolvimento do Transtorno de Personalidade Antissocial; outro analisa a romantização da psicopatia nas séries *Dexter* e *You*, discutindo o papel da mídia na flexibilização de julgamentos éticos sobre a violência; e um terceiro examina a Síndrome de Munchausen por procuração como forma grave de abuso infantil, refletindo sobre o tênue limite entre o cuidado e a manipulação da realidade. Dois artigos abordam o sofrimento psíquico silenciado: um analisa, a partir da psicanálise, da psicologia analítica e do humanismo, como a construção social da "mulher forte" contribui para o silenciamento emocional feminino, tomando como referência a personagem Mildred Hayes, do filme *Três Anúncios para um Crime*; e outro discute o Transtorno do Espectro Autista a partir de uma revisão abrangente dos critérios diagnósticos, aspectos etiológicos, impactos familiares e possibilidades de intervenção psicológica.

A presença de análises fundamentadas em produções cinematográficas e seriados televisivos ao lado de revisões bibliográficas criteriosas demonstra que a Psicologia não se deixa capturar por um único método ou perspectiva teórica — e é justamente nessa pluralidade que reside sua potência como ciência comprometida com a vida humana em toda a sua complexidade. Que esta leitura inspire novas perguntas e reafirme o compromisso da Psicologia com o bem-estar, a ética e a transformação social.

Prof^a Dr^a Maria Cherubina de Lima Alves

Docente do Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

SUMÁRIO

INFLUÊNCIA DO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL INFANTIL: uma perspectiva sobre o filme Matilda.....	8
O SOFRIMENTO SILENCIADO EM 3 ANÚNCIOS PARA UM CRIME: o uso da máscara da mulher forte em contextos de vulnerabilidade	20
O SHOW DA VIDA: impactos psicológicos e identitários da Geração Alpha na sociedade contemporânea	36
PSICOPATIA E FICÇÃO: a romantização dos assassinos em série dos seriados Dexter e You	48
QUANDO O CUIDADO ADOECE: o limite entre o zelo e a manipulação da realidade da realidade na Síndrome de Munchausen.....	60
SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA: a escola como espaço para promoção de bem-estar emocional.....	70
TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL : fatores congênitos e sociais que influenciam no desenvolvimento do psicopata criminoso	84
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: um estudo introdutório sobre aspectos conceituais, diagnósticos, familiares e intervenções psicológicas.....	94
ÍNDICE	106

INFLUÊNCIA DO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL INFANTIL: uma perspectiva sobre o filme Matilda

Amanda Imada Gomes
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
amandaimadagomes@gmail.com

Camile Borba Gomes
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
camileborbagomes7@gmail.com

Laura de Souza Peixe Del Bianco
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
lauradelbianco16@gmail.com

Leticia Bortoliero Prestes
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
leticiabortoliero6@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O filme Matilda, lançado em 1996, dirigido por Dani DeVito e baseado no livro de Ronald Dahl, tem como foco principal o cotidiano da protagonista Matilda, em sua infância, que se distinguia por apresentar aspectos cognitivos desenvolvidos precocemente, o que desencadeou fortes conflitos familiares, além da negligência parental em que os pais não davam o suporte necessário para um desenvolvimento infantil pleno e saudável. Nesse âmbito, destaca-se a relação da maturação da criança no que se refere à construção do conhecimento à partir das interações do sujeito com o meio.

Com base na Teoria Cognitivista de Piaget e na Teoria Sociocultural de Vygotsky, sendo a primeira denominada como Epistemologia Genética, em que o autor indica a formação do conhecimento através da interação do indivíduo com o meio, propondo mudanças qualitativas no pensamento orientadas por estágios do desenvolvimento, tendo o enfoque no biológico e a segunda sendo a que enfatiza a importância da interação social, cultura e linguagem como motores da aprendizagem

para seu desenvolvimento. Com isso, é possível identificar que Piaget propõe que o desenvolvimento precede a aprendizagem, enquanto para Vygotsky a aprendizagem fomenta o desenvolvimento.

Tendo em vista o período infantil como o momento de maior construção do indivíduo e de sua percepção sobre o mundo, é crucial um olhar atento para o ambiente em que a criança se desenvolve. Por isso, torna-se relevante o presente tema, já que é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a proteção integral, preservando uma maturação saudável destes. Promove também direitos fundamentais, como: a educação como um poder transformador, libertação contra a negligência familiar e o autoritarismo escolar.

No presente artigo, será abordado acerca do desenvolvimento infantil, com um olhar dedicado ao contexto social em que Matilda está inserida, bem como a potência e influência do seu meio sob determinantes de maturação infantil. Nessa lógica, compreende-se que tal evento é caracterizado por ser um processo de múltiplas variantes, influenciando características cognitivas, afetivas e sociais, na relação que o indivíduo tem para com o seu “eu” no mundo. Para além, a relação sujeito e ambiente escolar perante a transmissão de valores não somente de matérias educacionais, mas também nas trocas, construção de vínculos e contato com experiências e descobertas.

Para tanto, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica crítica, baseando-se na obra cinematográfica Matilda, livros e artigos. Por fim, pretende-se estabelecer articulações entre as situações apresentadas na narrativa e os referenciais teóricos adotados.

Nesse contexto, o presente artigo propõe, a partir das teorias da aprendizagem, discutir de que maneira o desenvolvimento infantil é representado em diferentes contextos e práticas educacionais, tomando como base as experiências e relações apresentadas pelos personagens do filme Matilda. Para isso, articula as concepções ambientalista, inatista e interacionista, buscando compreender como fatores biológicos, sociais e afetivos influenciam a constituição do sujeito na infância. Além disso, pretende refletir sobre as consequências dessas influências no processo de desenvolvimento infantil, compreendendo a infância não apenas como uma etapa do desenvolvimento humano, mas também como uma categoria social e educacional.

2. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA INFÂNCIA

De acordo com a teoria de Jean Piaget (1982), a criança, ao longo do seu desenvolvimento, assume um papel ativo na construção do próprio conhecimento. Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento cognitivo tem início desde o nascimento e se prolonga ao longo da vida, acompanhando o crescimento do indivíduo até a fase adulta. Sob essa ótica, o sujeito participa de maneira ativa em seu próprio desenvolvimento, estabelecendo interações com o meio social no qual está inserido. Tais interações influenciam diretamente suas ações e a forma como ele interpreta o ambiente ao seu redor (Silva; Santos; Jesus, 2016). Além disso, a construção do conhecimento ocorre a partir da relação estabelecida entre o indivíduo e o objeto de conhecimento. Para Piaget, esse processo não consiste na simples reprodução da realidade, mas sim em uma elaboração ativa, construída por meio da interação entre o sujeito e o meio.

Nesse contexto, elementos como a maturação biológica, as experiências decorrentes da interação com o meio físico, os processos de aprendizagem e a tendência à equilíbrio configuram-se como fundamentais para a compreensão do desenvolvimento cognitivo. Nessa perspectiva, Palangana (2015), ao abordar a teoria de Piaget, afirma que a psicogênese do intelecto infantil é determinada por quatro fatores interdependentes: o fator biológico, associado ao crescimento orgânico e à maturação do sistema nervoso; o exercício e a experiência física, constituídos a partir da ação do sujeito sobre os objetos; as interações e transmissões sociais, mediadas sobretudo pela linguagem e pelos processos educativos; e a equilíbrio das ações, considerada um mecanismo central, responsável por regular a integração entre as estruturas internas do sujeito e as informações provenientes da experiência com o meio externo.

Deste modo, Monteiro e Lopes (2025), afirmam que a Psicopedagogia assume um papel central no suporte ao desenvolvimento integral da criança, vinculando teoria e prática no processo educacional. Ou seja, os fatores e processos ativos que ocorrem ao longo da maturação do sujeito na infância, quando acompanhados de um sistema de ensino pedagógico que contribuam para uma aprendizagem significativa e inclusiva, pontencializam esse processo.

Ainda nessa linha de raciocínio, que envolve processos cognitivos, mas que também postula o ambiente e suas interações ressalta-se que tais fatores se articulam continuamente. Assim como explicado por Papalia e Martorell:

As influências sobre o desenvolvimento vêm tanto da hereditariedade quanto do ambiente. Muitas mudanças típicas da infância estão relacionadas à maturação. As diferenças individuais tendem a aumentar com a idade. Em algumas sociedades predomina a família nuclear; em outras, a família extensa. O nível socioeconômico (NSE) afeta os processos de desenvolvimento e suas consequências em virtude da qualidade dos ambientes, do lar e da vizinhança, da nutrição, da assistência médica e da escolaridade. Múltiplos fatores de risco aumentam a probabilidade de consequências danosas. Importantes influências ambientais se originam na cultura, na etnia e no contexto histórico. (Papalia; Martorell, 2013, p.8).

Através dessa argumentação, compreende-se a potencialidade das interações sociais, bem como as que procedem de ambientes familiares e escolares, desempenhando uma figura de interpretação importante uma vez em que auxilia a criança a perceber seus sentimentos e o seu “eu” no mundo. Dessa forma, o sujeito de constitui por meio da intersecção entre suas capacidades internas em desenvolvimento e as múltiplas influencias ambientais culturais que moldam sua experiência.

Para além dessa perspectiva, que enfatiza os aspectos biológicos e cognitivos do desenvolvimento, é fundamental considerar também o papel das interações sociais na constituição do sujeito. Nesse sentido, o psicólogo Lev Vygotsky destaca que o desenvolvimento humano está profundamente relacionado ao contexto social e cultural em que a criança está inserida, sendo mediado pelas relações estabelecidas com o outro. Conforme afirma o autor:

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre inicialmente no plano social, para depois internalizar-se no plano individual. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual (Vygotsky, 1991, p. 64).

A partir dessa abordagem, compreende-se que habilidades como linguagem, pensamento e memória não se desenvolvem de forma isolada, mas emergem das interações sociais e das experiências compartilhadas. Dessa forma, o ambiente familiar e escolar assume papel central na formação do sujeito, uma vez que pode oferecer ou limitar oportunidades de desenvolvimento. No caso de Matilda, observa-se que, apesar de estar inserida em um contexto familiar negligente e pouco estimulador, a personagem encontra na escola um espaço significativo de

desenvolvimento, no qual suas capacidades são reconhecidas e incentivadas. A relação estabelecida com a professora atua como uma mediação essencial, favorecendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a construção de sua autonomia e identidade.

3. ENTRE O ABANDONO E O AFETO

A criança e o adolescente são considerados sujeitos de direitos, tendo suas garantias asseguradas pela legislação específica que lhes confere proteção. Ao se tratar dos direitos da infância, é importante destacar a dificuldade de sua efetivação na prática. Isso ocorre porque as crianças ainda não possuem o discernimento necessário para compreender plenamente que são titulares de direitos, cabendo aos responsáveis, como pais, avós ou outros cuidadores, o dever de garantir esses direitos já que elas não têm plena capacidade de exercê-los por conta própria.

Essa realidade pode ser observada no filme *Matilda*, no qual a personagem principal vive em um ambiente familiar que não reconhece suas necessidades básicas de cuidado, atenção e respeito. Mesmo sendo uma criança com grande capacidade intelectual e sensibilidade, Matilda não encontra nos responsáveis o suporte necessário para o exercício pleno de seus direitos, especialmente no que se refere à proteção, ao afeto e às condições adequadas para seu desenvolvimento. Dessa forma, a narrativa evidencia como a ausência de adultos comprometidos pode comprometer a garantia dos direitos da infância, reforçando a importância da proteção e da responsabilidade dos cuidadores. Diante disso, surge a seguinte questão: o que fazer quando esses direitos, que deveriam proteger, acabam mantendo crianças sob a responsabilidade de adultos que os negligenciam? A Constituição Federal de 1988 apresenta diversos princípios relacionados a essa proteção, destacando em seu artigo 227 todas as garantias necessárias:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, Art. 227).

Assim, crianças e adolescentes devem ter seus direitos garantidos de maneira que atenda às suas necessidades e assegure seu desenvolvimento, sem violar princípios constitucionais, estabelecendo uma forma adequada e responsável de proteção (Bastos, 2012).

Diante desse cenário de negligência e fragilidade na garantia dos direitos da criança, torna-se fundamental compreender os impactos emocionais que tais experiências podem gerar no desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o psiquiatra John Bowlby, ao desenvolver a teoria do apego, destaca que a qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos nos primeiros anos de vida é determinante para a construção da segurança emocional. Conforme afirma o autor:

A privação prolongada de cuidados maternos pode resultar em efeitos graves e, por vezes, irreversíveis no desenvolvimento emocional da criança, afetando sua capacidade de estabelecer vínculos afetivos estáveis e sua segurança emocional ao longo da vida (Bowlby, 1984, p. 12).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o afeto não é apenas um aspecto complementar, mas um elemento estruturante para o desenvolvimento psíquico saudável. No filme, Matilda vivencia um contexto familiar marcado pela negligência emocional, no qual suas necessidades afetivas são constantemente ignoradas, o que evidencia, na prática, a violação dos direitos anteriormente discutidos. Especialmente quando ela em diversas vezes, desde seu nascimento até sua infância era ignorada, como por exemplo, ao ser esquecida no carro por seus pais, ainda sendo um bebê, ou até mesmo quando sua família dava preferência por assistir televisão ao invés de momentos afetivos e comunicativos, distanciando de estímulos emocionais positivos. Além do mais, outro acontecimento prático é evidenciado quando Matilda não é matriculada na escola na idade comumente adequada, demonstrando que além de ser negligenciada em sua identidade, foi também em seus direitos.

Tal realidade poderia comprometer significativamente sua formação emocional; no entanto, a narrativa também demonstra que o desenvolvimento não é determinado exclusivamente pelas experiências negativas iniciais. A presença de vínculos positivos em outros contextos, como o escolar, pode atuar como fator de proteção. A relação estabelecida com a professora representa, nesse sentido, um vínculo seguro, baseado no acolhimento, na escuta e na valorização da criança,

possibilitando a ressignificação de suas experiências. Dessa forma, o filme evidencia que, embora o abandono produza impactos profundos, a existência de relações afetivas positivas pode favorecer a construção de um desenvolvimento emocional mais saudável.

4. CONHECIMENTO COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO: SOBRE O CASO DE MATILDA

A assimilação, a acomodação e a equilibrção são processos interligados fundamentais do desenvolvimento cognitivo, conforme proposto por Jean Piaget. A **assimilação** ocorre quando o indivíduo interpreta novas informações a partir de conhecimentos que já possui, incorporando essas experiências aos seus esquemas mentais sem modificá-los profundamente. Assim, isso pode ser observado no filme na cena em que Matilda vai à biblioteca e começa a ler diversos livros, utilizando suas noções básicas de leitura para compreender novas histórias. Já a **acomodação** acontece quando essas novas informações não se encaixam nos esquemas prévios, exigindo uma modificação nas estruturas cognitivas para que ocorra a compreensão. Um exemplo de acomodação é quando Matilda conhece a Srta. Honey e percebe que nem todos os adultos são autoritários como seus pais e a diretora, sendo obrigada a modificar essa ideia. Por fim, a **equilibrção** é o processo que organiza essa dinâmica entre assimilação e acomodação, buscando um equilíbrio cognitivo: quando algo novo causa dúvida ou conflito (desequilíbrio), o indivíduo tenta entender e reorganizar seus esquemas até alcançar uma nova compreensão. Isso fica evidente quando Matilda descobre seus poderes, inicialmente se confunde (desequilíbrio), mas depois, ao praticar e compreender melhor, consegue controlá-los, atingindo um novo nível de entendimento (equilíbrio).

Em vista disso, a mediação ocorrente dentro do trajeto do conhecimento com papéis significativos e auxiliares no processo de aprendizagem, torna o sujeito capaz de intensificar sua autonomia e saberes, uma vez que o professor assume o posto de mediador facilitador. Assim como defendido por Paulo Freire:

Não existe tampouco diálogo sem esperança. A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca. Uma tal busca, como já vimos, não se faz no isolamento, mas na comunicação

entre os homens - o que é impraticável numa situação de agressão (Freire, 2019, p. 93).

Tal ponto reflete nas ações da professora Honey, que em suas mediações, assumiu uma presença inclusiva e acolhedora, a qual abria espaço para a essência de cada um de seus alunos diante seus interesses e habilidades, notadamente em Matilda, que teve ao longo de sua vivência escolar com a professora e na interação social dentre os amigos, uma experiência afetiva e esperançosa diferente da que conhecia em casa e com a diretora Trunchbull, presença autoritária que enfatizou ações agressivas tanto fisicamente, quanto psicologicamente. Dentre essas ocorrências, pontua-se além de suas ameaças verbais e intimidadoras, vezes em que punia as crianças levando-as para um confinamento em um armário escuro rodeado de objetos pontiagudos, demonstrando crueldade e opressão em um espaço de medo, sem acolhimento e respeito. Entende-se então, que enquanto a professora assumia um papel relativo ao que era defendido pelo autor, a diretora entrava em contrapartida, tornando o ambiente incomunicável e agressivo, inviabilizando a busca pelo diálogo e esperança.

Mantendo essa ótica, a educação, quando compreendida em sua dimensão crítica, ultrapassa a simples transmissão de conteúdos e se configura como um instrumento de transformação individual e social. Nesse sentido, o educador Paulo Freire defende que ensinar não consiste na transferência mecânica de conhecimento, mas na criação de condições para que o próprio aluno construa o saber, assumindo um papel ativo no processo de aprendizagem e desenvolvendo sua autonomia e consciência crítica (Freire, 1996).

A partir dessa perspectiva, a educação passa a ser entendida como prática de liberdade, na qual o sujeito deixa de ser passivo e se torna protagonista de sua própria formação. No filme Matilda, isso se evidencia desde a infância da protagonista, que, mesmo sem incentivo familiar, busca de forma autônoma o contato com os livros, frequentando a biblioteca e desenvolvendo precocemente habilidades de leitura e interpretação. Esse movimento demonstra sua capacidade de construir conhecimento de forma independente, mesmo diante de um ambiente desfavorável.

Além disso, ao ingressar na escola, Matilda encontra na professora uma figura que reconhece e estimula seu potencial, rompendo com a lógica de desvalorização vivenciada em casa. Esse incentivo permite que a personagem desenvolva não apenas suas capacidades cognitivas, mas também sua autoconfiança e senso crítico. Dessa forma, o filme mostra que o acesso ao conhecimento, junto a um ensino acolhedor, pode ajudar o indivíduo a se desenvolver e a transformar sua realidade de forma consciente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo, a partir das teorias da aprendizagem, discutir de que maneira o desenvolvimento infantil é representado em diferentes contextos e práticas educacionais. Para isso, utilizou como base os exemplos apresentados pelos personagens do filme Matilda (1996), articulando as concepções ambientalista, inatista e interacionista. Além disso, buscou refletir sobre os conceitos das consequências da influência na infância, com ênfase em sua compreensão como uma categoria social e educacional. Diante das discussões realizadas, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foi possível identificar, a partir do filme, a relevância desses contextos na constituição cognitiva e emocional da criança.

Ao retomar o referencial teórico adotado, observa-se que o desenvolvimento infantil foi compreendido a partir de diferentes perspectivas que se complementam. As contribuições de Jean Piaget e Lev Vygotsky permitiram analisar a construção do sujeito na infância, evidenciando a importância tanto dos aspectos cognitivos quanto das interações sociais nesse processo. Já a discussão sobre os vínculos afetivos, associada às ideias de John Bowlby, possibilitou compreender os impactos do abandono e do afeto no desenvolvimento emocional da criança. Além disso, ao abordar o conhecimento como forma de libertação, destaca-se também sua relação com o desenvolvimento cognitivo, uma vez que a construção do saber contribui para a ampliação das capacidades de pensamento, compreensão e reflexão do indivíduo. Nesse contexto, as contribuições de Paulo Freire, que permitem compreender a educação como um instrumento de autonomia, criticidade e transformação social. Dessa forma, os tópicos desenvolvidos ao longo do artigo

evidenciam que o desenvolvimento infantil ocorre de maneira integrada, sendo resultado da articulação entre fatores cognitivos, emocionais e sociais, fortemente influenciados pelos contextos familiar e escolar.

A partir da análise dos referenciais teóricos e da obra cinematográfica, evidenciou-se que o desenvolvimento infantil resulta da articulação entre fatores biológicos, sociais e culturais. Nesse sentido, observou-se que a construção do sujeito ocorre por meio das interações com o meio, enquanto a ausência de vínculos afetivos no ambiente familiar pode gerar impactos significativos no desenvolvimento emocional. Por outro lado, o estudo também demonstrou que a presença de relações positivas, especialmente no contexto escolar, pode atuar como fator de proteção, contribuindo para a ressignificação de experiências negativas.

Como contribuição, o presente trabalho reforça a importância de se considerar o desenvolvimento infantil de forma integral, destacando o papel da família e da escola como espaços fundamentais na formação do indivíduo. Além disso, evidencia a educação como um elemento essencial, capaz de promover autonomia, criticidade e superação de contextos adversos, conforme observado na trajetória da personagem.

Entretanto, é importante reconhecer que a análise realizada apresenta algumas limitações, especialmente por estar baseada em uma produção cinematográfica, a qual, embora possibilite reflexões relevantes, não abrange toda a complexidade das diferentes realidades vivenciadas na infância. Além disso, as teorias utilizadas neste estudo representam apenas algumas das possíveis formas de compreender o desenvolvimento infantil, uma vez que o tema pode ser analisado a partir de outras abordagens e perspectivas.

Dessa forma, sugere-se que estudos futuros possam aprofundar a análise a partir de contextos reais, incluindo investigações empíricas que considerem diferentes realidades sociais, culturais e familiares, ampliando a compreensão sobre os impactos desses fatores no desenvolvimento infantil. Assim, reafirma-se a necessidade de promover ambientes que garantam não apenas os direitos básicos da criança, mas também condições efetivas para seu desenvolvimento pleno e saudável.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Angélica Barroso. **As contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente para a efetivação dos direitos humanos infanto-juvenis**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS8XSR3V/disserta_ao_ang_lica_bastos.pdf?sequence=1. Acesso em: 14abr. 2026.
- BOWLBY, John. **Apego e perda: apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14abr. 2026.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- MATILDA. Direção: Danny Devito. Produção: Michael Shamborg. Estados Unidos da América. Sony Pictures Entertainment Motion Picture Group, 1996.
- MONTEIRO, Analu Fogaça; LOPES, Claudio Neves. **Desenvolvimento cognitivo na infância: um olhar a partir das contribuições da psicopedagogia e da neuroaprendizagem**. Revista Científica Educação, [S. l.], v. 10, n. 15, 2025. DOI: 10.46616/rce.v10i15.129. Disponível em: <https://revista.periodicosrefoc.com.br/2/article/view/129>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- PALANGANA, Isilda Campagner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotsky: a relevância do social**. 6.ed. São Paulo: Summus, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=BjPXCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 7abr. 2026.
- PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.
- PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- SAITO, Heloisa Toshie Irie; COSTA, Priscila Borba da. **Do temor da verdade ao medo da liberdade: as possibilidades de educação emancipadora na primeira infância a partir de Theodor Adorno e Paulo Freire**. Intellèctus, Rio de Janeiro, ano 21, n. 1, p. 87-103, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9145393>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SILVA, Edvânia dos Santos; SANTOS, Stefanny Alves dos; JESUS, Vanessa Matias de. **O Desenvolvimento Cognitivo Infantil sob a ótica de Jean Piaget**. Sergipe, Faculdade São Luís de França. Grupo Tiradentes, Aracajú, 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wpcontent/uploads/2016/12/tcc9-6.pdf> Acesso: 7 abr. 2026.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

O SOFRIMENTO SILENCIADO EM 3 ANÚNCIOS PARA UM CRIME: o uso da máscara da mulher forte em contextos de vulnerabilidade

Letícia Alves

Graduanda em Psicologia - Uni-FACEF
alveslele741@gmail.com

Maria Clara Cruz de Carvalho Soares
Graduanda em Psicologia - Uni-FACEF
Maria.ccruzcs@gmail.com

Mariana Silva Valentim
Graduanda em Psicologia - Uni-FACEF
valentim.mariana@outlook.com

Vinícius Teixeira Fulgueiral
Graduando em Psicologia - Uni-FACEF
viniciusfulgueiral20@hotmail.com

Prof^a. Dr^a Sofia Muniz Alves Gracioli
Docente e orientadora do curso de Psicologia – Uni-FACEF
sofiagracioli@gmail.com.br

1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade, marcada por intensas transformações sociais e pela crescente exposição das experiências individuais no espaço público, apresenta, paradoxalmente, uma tendência à relativização ou ao silenciamento de diferentes formas de sofrimento psíquico. No que se refere às mulheres, esse fenômeno articula-se a expectativas sociais historicamente construídas sobre papéis de gênero, que demandam resiliência, autocontrole emocional e constante capacidade de enfrentamento diante de adversidades.

Nesse contexto, consolida-se uma figura simbólica de “mulher forte”, frequentemente valorizada como expressão de autonomia e superação, mas que também pode operar como um dispositivo normativo que restringe a expressão legítima da vulnerabilidade. Essa problemática é evidenciada no filme *Três Anúncios para um Crime*, dirigido por Martin McDonagh (2017), por meio da personagem Mildred Hayes, uma mãe que, após o assassinato brutal de sua filha, passa a confrontar publicamente as autoridades locais diante da ausência de respostas

institucionais. Ao longo da narrativa, a protagonista constrói uma postura marcada pela rigidez emocional, enfrentamento constante e aparente indiferença à dor, sendo frequentemente percebida como agressiva ou insensível pelos demais personagens.

Tal representação permite problematizar a forma como a exigência social de força pode produzir um silenciamento tácito de emoções consideradas socialmente inadequadas, como tristeza, medo e exaustão. A relevância desta discussão torna-se ainda mais evidente quando considerada à luz das desigualdades estruturais e da violência de gênero presentes na sociedade brasileira.

O presente estudo tem como objetivo investigar de que maneira a construção social da figura de “mulher forte” pode contribuir para o silenciamento do sofrimento psíquico feminino em contextos de vulnerabilidade, tomando como eixo de investigação a personagem Mildred Hayes. Parte-se da hipótese de que a internalização de expectativas sociais associadas à força e à resiliência funciona como um mecanismo de adaptação que, embora possibilite estratégias de enfrentamento, também tende a dificultar a expressão da vulnerabilidade e a elaboração psíquica do sofrimento.

Para tanto, a pesquisa adota a metodologia de revisão bibliográfica crítica, utilizando o filme como ponto central de discussão. O artigo buscou contribuições da psicanálise, conceitos da psicologia analítica e correntes teóricas humanistas, valendo-se de vários autores e suas obras, além de também usar dados nacionais quanto a feminicídios, a fim de compreender os processos sociais e psíquicos envolvidos na construção da subjetividade feminina. A análise do filme será conduzida a partir da observação de elementos narrativos, comportamentais e simbólicos presentes na trajetória da personagem principal, buscando estabelecer relações entre a obra cinematográfica e os referenciais teóricos adotados.

2. A CONSTRUÇÃO DA “MULHER FORTE” E O SILENCIAMENTO DO SOFRIMENTO

A exigência social de força e resiliência não surgiu do nada; ela reflete diretamente a organização da sociedade contemporânea. Como afirma Han (2015,

p. 25), “o sujeito de desempenho está livre da instância de dominação externa que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo”. Contudo, essa aparente autonomia está profundamente vinculada a um regime de desempenho no qual os indivíduos são continuamente pressionados a se apresentar como produtivos, autossuficientes e emocionalmente estáveis. Essa lógica não se restringe ao campo do trabalho, mas atravessa a constituição da subjetividade, produzindo formas de autogestão emocional marcadas pela adaptação constante às exigências externas.

Nesse contexto, a construção histórica da feminilidade envolve a internalização de práticas de autonegação, especialmente no que se refere ao reconhecimento do próprio sofrimento. Silvia Federici (2017, p. 199) destaca que, no processo de consolidação capitalista, ocorreu a “redefinição da feminilidade e da masculinidade”, vinculando as mulheres a funções de reprodução, disciplina e contenção social. Estudos da psicologia social indicam que essa lógica persiste no cotidiano atual, ainda que reconfigurada, produzindo uma emocionalidade marcada por cobranças de resiliência e auto suficiência emocional (Han, 2015; Beauvoir, 1970). Tal configuração contribui para que a dor feminina seja reconhecida apenas quando convertida em desempenho, produtividade ou adaptação, deslegitimando a vulnerabilidade como experiência subjetiva legítima. Dessa forma, a noção de “mulher forte” consolida-se como um ideal normativo ambivalente, que simultaneamente reconhece a capacidade de resistência e regula socialmente as formas aceitáveis de expressão do sofrimento. A transformação da resiliência em obrigação moral desloca para o plano individual processos que são, em sua origem, profundamente sócio-históricos (Hooks, 2020), reforçando estruturas coletivas de silenciamento emocional.

Do ponto de vista psicanalítico, as exigências sociais de adaptação podem ser compreendidas a partir do conceito de falso *self*, desenvolvido por Donald Winnicott (1983). Segundo o autor, “o falso *self* tem como função ocultar e proteger o *self* verdadeiro” (Winnicott, 1983, p. 134), constituindo-se como uma organização defensiva diante de ambientes que falham em oferecer sustentação emocional suficientemente segura. Nesses contextos, o *self* verdadeiro, o qual está relacionado à espontaneidade, à continuidade do ser e à expressão autêntica das

experiências emocionais, torna-se comprometido, favorecendo formas de adaptação excessiva às demandas externas. Assim, a conformidade social passa a operar como estratégia de preservação psíquica, ainda que à custa da autenticidade subjetiva.

Nesse sentido, o falso *self* não deve ser compreendido apenas como uma “máscara social”, mas como uma organização psíquica complexa que permite ao sujeito existir em contextos que não validam sua vulnerabilidade. Ele não elimina o *self* verdadeiro, mas o protege e, ao mesmo tempo, o restringe, produzindo um funcionamento marcado por tensão constante entre o que é sentido internamente e o que pode ser expressado socialmente (Winnicott, 1983).

Articulando esse conceito às construções sociais de gênero, especialmente ao ideal da “mulher forte”, é possível compreender que determinados contextos históricos e culturais favorecem a formação de arranjos defensivos do *self*. Federici (2017, p. 200) afirma que o capitalismo promoveu a “domesticação das mulheres”, restringindo sua autonomia e redefinindo sua posição social de modo funcional à reprodução da força de trabalho. Beauvoir (1970) também demonstra como tais construções históricas consolidaram expectativas de submissão, resistência silenciosa e abnegação. Na contemporaneidade, essas exigências assumem novas configurações. Como destaca Bell Hooks (2020, p. 18), “o feminismo é uma luta para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” o que evidencia como a responsabilização emocional e o cuidado compulsório ainda permanecem inseridos em estruturas sociais marcadas por desigualdade de gênero. Assim, a mulher continua sendo frequentemente valorizada quando demonstra adaptação constante, preservando práticas históricas de controle da subjetividade feminina sob formas renovadas e socialmente legitimadas.

Esse processo não se limita ao presente, mas se inscreve em uma construção histórica maior, na qual a expressão da dor feminina foi insistentemente controlada, moralizada ou deslegitimada. É nesse ponto que a protagonista do filme *Três Anúncios para um Crime* (McDonagh, 2017) se torna particularmente elucidativa. Sua postura rígida, combativa e emocionalmente controlada pode ser compreendida como expressão de uma organização defensiva diante de um sofrimento psíquico intenso, marcado pelo luto traumático, pela ausência de

respostas institucionais e pela experiência de impotência. Nesse funcionamento, a personagem parece sustentar uma identidade fortemente fundamentada pela ação e pelo enfrentamento, o que pode ser interpretado como uma forma de manutenção do falso *self* diante de um contexto de desamparo (Winnicott, 1983).

Contudo, a narrativa apresenta um momento significativo de ruptura nessa organização: a cena em que Mildred se depara com um veado. Nesse episódio, ocorre uma suspensão momentânea das defesas psíquicas, permitindo a emergência de um gesto afetivo mais espontâneo e vulnerável. Ao se aproximar do animal e projetar nele a figura da filha falecida, a personagem expressa uma delicadeza e uma dor que contrastam com sua habitual rigidez emocional. Esse instante pode ser compreendido como uma breve manifestação do *self* verdadeiro, no qual a experiência do sofrimento deixa de ser totalmente controlada pela lógica da performance e da contenção (Winnicott, 1983).

Entretanto, essa abertura é breve e imediatamente seguida pelo retorno à postura defensiva. Tal movimento evidencia o caráter árduo da manutenção do falso *self*: ele não elimina o sofrimento, mas o organiza de forma a torná-lo socialmente suportável, ainda que à custa da restrição da expressão subjetiva. O sofrimento permanece, mas precisa ser continuamente administrado, evitando sua emergência plena no campo da relação com o outro.

Desse modo, a trajetória de Mildred pode implicar um conflito entre autenticidade e adaptação. Sua força não pode ser reduzida a uma característica individual, mas deve ser compreendida como uma organização psíquica atravessada por exigências sociais, históricas e institucionais que regulam a forma como o sofrimento feminino pode ou não ser vivido e expresso. Assim, o ideal da “mulher forte” revela-se não apenas como valorização da resistência, mas também como mecanismo que tensiona e, muitas vezes, limita a possibilidade de emergência do verdadeiro *self* (Winnicott, 1983; Han, 2015).

Quando o sofrimento não encontra condições suficientes de simbolização, ele pode se manifestar por meio da ação. Nesse contexto, o *acting out* é compreendido na psicanálise como a exteriorização de conteúdos psíquicos não simbolizados, expressos por meio de comportamentos que substituem parcialmente a elaboração simbólica (Laplanche; Pontalis, 2001). Diferentemente do processo de

elaboração psíquica, o *acting out* indica dificuldade de transformação da experiência em linguagem, resultando na repetição de atos que expressam indiretamente aquilo que não pôde ser simbolizado (Laplanche; Pontalis, 2001).

No caso de Mildred Hayes, sua conduta marcada por confrontos reiterados, exposição pública do conflito e recusa em silenciar sua dor pode ser interpretada como uma forma de *acting out*. Tal comportamento não se reduz a uma escolha consciente, mas expressa a dificuldade de elaboração psíquica de um sofrimento relacionado ao luto e à ausência de respostas institucionais.

Essa compreensão pode ser articulada à teoria freudiana do luto, segundo a qual a perda pode não ser plenamente elaborada quando inexistem condições simbólicas adequadas para tal processo (Freud, 2010). Nessas situações, o sujeito pode permanecer fixado à perda, recorrendo com maior frequência à ação como forma de expressão do sofrimento. Assim, o *acting out* não representa ausência de sofrimento, mas sua manifestação em um registro não simbolizado, no qual a experiência psíquica se expressa no campo do comportamento. As contribuições de Ferenczi (1992), ao sugerir que experiências traumáticas podem gerar cisões no psiquismo, dificultando a elaboração integrada do sofrimento, trazem uma perspectiva para olhar o contexto de sofrimento psíquico da personagem. Nessas condições, a dor tende a emergir de maneira fragmentada, muitas vezes por meio de expressões indiretas ou comportamentos que revelam a dificuldade de simbolização da experiência traumática.

Neste entrelaçamento, a construção dessa “mulher forte” pode ser compreendida como um fenômeno que articula dimensões sociais e psíquicas. O conceito de falso *self* permite compreender como a exigência de adaptação pode produzir formas de funcionamento baseadas na contenção da vulnerabilidade, enquanto o *acting out* evidencia os limites dessa contenção, indicando o retorno do sofrimento no campo da ação. A força deixa de ser entendida como atributo unívoco e passa a ser compreendida como construção ambivalente, que simultaneamente protege o sujeito do colapso psíquico e restringe as possibilidades de elaboração simbólica da experiência (Winnicott, 1983; Han, 2015; Freud, 2010). Dessa maneira, a trajetória analisada ao longo deste tópico evidencia que o ideal da “mulher forte”

não representa apenas resistência, mas também um complexo mecanismo histórico, social e psíquico de regulação do sofrimento feminino.

3. CONSERVADORISMO, MORALIDADE E PRODUÇÃO SOCIAL DO SOFRIMENTO: ANÁLISE DA CENA COM O PADRE

Um dos momentos centrais para a compreensão da dimensão social do sofrimento em *Três Anúncios para um Crime* (McDonagh, 2017) ocorre na cena em que o padre visita Mildred Hayes com o objetivo de repreendê-la moralmente pela instalação dos *outdoors* que denunciam a ineficiência policial. Embora a abordagem seja apresentada como aconselhamento espiritual, ela age como uma tentativa de contenção simbólica do sofrimento e de restauração da ordem moral da comunidade.

A cena relata um conflito interpessoal, mas também configura uma disputa sobre quem teria autoridade para definir a forma “aceitável” de expressão da dor. O padre representa uma instituição historicamente responsável por regular condutas, afetos e posições sociais, especialmente no que se refere às normas de gênero. Sua fala busca deslocar o sofrimento de Mildred para um campo de contenção, sugerindo que sua postura de confronto ultrapassa os limites do “correto” (Bourdieu, 2012; Butler, 2015). Nesse sentido, a cena mostra que o sofrimento não é apenas experienciado, mas também socialmente administrado. A tentativa de silenciar ou moderar a emocionalidade não incide sobre a existência do sofrimento em si, mas sobre suas formas de aparição pública, delimitando o que pode ou não ser dito, mostrado e reivindicado.

A postura do padre pode ser compreendida a partir de uma leitura histórica das instituições morais no ocidente, especialmente aquelas vinculadas ao pensamento religioso cristão. Desde a Idade Média, a organização da feminilidade foi atravessada por discursos normativos que buscavam disciplinar corpos e condutas femininas. Federici (2017, p. 334) observa que a perseguição às mulheres esteve profundamente ligada à destruição de sua autonomia social, uma vez que “a caça às bruxas foi também uma guerra contra as mulheres”. Beauvoir (1970) complementa essa análise ao demonstrar como a mulher foi historicamente posicionada como sujeito associado à contenção, à passividade e à obediência.

Nesse contexto, manifestações públicas de raiva, luto ou recusa tornam-se frequentemente percebidas como inadequadas ou ameaçadoras. Assim, a regulação moral do sofrimento feminino não apenas limita sua expressão, mas também reforça estruturas históricas de poder.

Essa herança histórica não se apresenta de forma explícita atualmente, mas se reorganiza em práticas sociais mais sutis de regulação moral. O conservadorismo, nesse sentido, não atua apenas como conjunto de valores, mas como tecnologia social de formação de identidade, na qual determinadas formas de expressão são consideradas legítimas enquanto outras são enquadradas como excessivas, inadequadas ou perturbadoras (Hooks, 2020). A experiência de Mildred pode apontar esse processo: sua dor não é negada em sua existência, mas contestada em sua forma de expressão. O sofrimento feminino, assim, é atravessado por uma lógica de modulação moral que define quais sentimentos podem circular publicamente e quais devem ser contidos no espaço privado ou silencioso.

A partir de Pierre Bourdieu (2012), é possível compreender a intervenção do padre como expressão de violência simbólica, fazendo com que determinadas hierarquias sejam percebidas como legítimas e não questionáveis. Na cena, essa violência não se manifesta de forma explícita, mas por meio de uma linguagem que busca redefinir o comportamento de Mildred como inadequado. O ponto central não é apenas sua atitude, mas o fato de sua dor escapar aos enquadramentos tradicionais de reconhecimento social. Esse processo revela uma dimensão fundamental da produção social do sofrimento: ele não é distribuído de maneira homogênea, mas hierarquizado. Certas formas de dor são reconhecidas, validadas e acolhidas, enquanto outras são desautorizadas, especialmente quando rompem com expectativas de gênero e com padrões de comportamento considerados ideais (Butler, 2015).

Judith Butler (2015) contribui para essa análise ao demonstrar que o reconhecimento do sofrimento está diretamente ligado a enquadramentos sociais que definem quais vidas são dignas de luto. No caso de Mildred, sua forma de expressar a perda ultrapassa esses enquadramentos, tornando seu sofrimento não apenas visível, mas também incômodo e politicamente disruptivo.

A cena do confronto com o padre evidencia que o sofrimento em *Três Anúncios para um Crime* (McDonagh, 2017) não pode ser compreendido apenas como experiência individual ou emocional, mas como um fenômeno idealizado por disputas sociais, institucionais e morais.

Através da exemplificação do contexto da personagem com a repreensão do padre, torna-se claro o viés mais tradicional e rígido, representado pela figura religiosa, o qual atua como mecanismo de regulação simbólica que busca estabilizar formas socialmente aceitáveis de sentir e expressar dor. Nesse processo, o sofrimento feminino é particularmente tensionado, pois sua manifestação pública frequentemente desafia expectativas históricas de contenção, docilidade e silêncio. A trajetória de Mildred, nesse contexto, não se limita a uma experiência pessoal de luto, mas revela como o sofrimento é produzido, moldado e disputado no interior de estruturas sociais que definem sua legitimidade. Assim, o filme aponta que a dor não é apenas vivida, mas também continuamente regulada e reinterpretada no espaço social (Bourdieu, 2012; Butler, 2015), expondo os mecanismos simbólicos que delimitam quais formas de sofrimento podem ser reconhecidas publicamente.

3.1 A regulação moral como impeditivo à individuação: diálogos com Jung

O embate entre Mildred e o padre em *Três Anúncios para um Crime*, dirigido por Martin McDonagh (2017) constrói um campo fértil para a análise clínica e social entre os conceitos de persona e sombra. Sob a perspectiva de Jung (2012, p.154), a persona é compreendida como um sistema complexo de adaptação ou uma “máscara da psique coletiva” que busca simular uma individualidade alinhada às demandas externas. Na cena em questão, a atuação do padre reforça essa máscara, exigindo que a protagonista performe uma persona de docilidade e conformidade. Porém, ao romper a imagem de “mãe enlutada silenciosa”, Mildred abre espaço para a manifestação de conteúdos da sombra - aspectos da personalidade filtrados pelo consciente que vão de confronto com o ideal social (Jung, 2012, p.45). Essa postura combativa expressa uma subjetividade que resiste ao recalque imposto pela moralidade institucional.

O confronto expressa a dinâmica do espelhamento do *self* por meio da projeção. Para Jung (2012, p. 155), conteúdos do inconsciente não integrados são frequentemente projetados no objeto externo, criando uma distorção que oculta a realidade psíquica. O padre, ao projetar em Mildred a figura da “desordem”, “desobediência” e do “pecado”, falha em reconhecer e acolher a dor humana oculta, enquanto a protagonista identifica o religioso no arquétipo de autoridade hipócrita. Esse fenômeno de projeção mútua impede o reconhecimento da totalidade psíquica, transformando o sofrimento de Mildred em um conteúdo solitário e perturbador que a consciência coletiva da comunidade ignora, por pôr em prova a estabilidade das instituições vigentes.

Assim, a rigidez emocional de Mildred pode ser interpretada como uma identificação perigosa com um único arquétipo de resistência, o que é descrito como uma trava ao processo de individuação (Jung, 2012, p.128). A identificação exclusiva com a persona - ou, nesse caso, com uma “máscara de mulher forte” - produz uma personalidade empobrecida e simplista, que funciona protegendo o ego do colapso, mas paralelamente aprisionando a subjetividade. A individuação demandaria o equilíbrio entre a força combativa e a vulnerabilidade ferida. Contudo, a regulação moral externa força a personagem a manter uma postura unilateral, transformando sua busca por justiça em uma repetição arquetípica (Jung, 2012, p.49), que negligencia a integração da dor e a riqueza da totalidade do *self*.

4. VIOLÊNCIA NATURALIZADA E DISCUSSÃO COM A REALIDADE BRASILEIRA

As dinâmicas mostradas na narrativa de *Três Anúncios para um Crime* (McDonagh, 2017) não se restringem ao campo ficcional, encontrando correspondência em contextos sociais concretos, como o brasileiro, marcado por elevados índices de violência de gênero e por fragilidades institucionais no acolhimento e na proteção das mulheres. Nesse cenário, a articulação entre exigência de força, silenciamento do sofrimento e naturalização da violência revela-se não apenas como um elemento narrativo, mas como um fenômeno social amplamente difundido.

Os dados mais recentes sobre feminicídio no Brasil reforçam de maneira contundente a materialidade dessas dinâmicas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2025 foram registradas 1.568 vítimas de feminicídio, representando um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior. Desde a tipificação do crime, em 2015, ao menos 13.703 mulheres foram assassinadas em razão do seu gênero. De tal forma, há a evidência de uma tendência de crescimento contínuo, indicando que, para além de melhorias nos registros, há um agravamento efetivo da violência letal contra mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026).

Esse cenário torna-se ainda mais expressivo quando analisado em perspectiva recente: entre 2021 e 2025, houve um crescimento de 14,5% nos registros de feminicídio no país, acompanhado pelo aumento de outras formas de violência de gênero, como ameaças, perseguições e agressões físicas e psicológicas. Observa-se, ainda, uma reconfiguração da violência letal, com redução relativa de homicídios femininos em contextos urbanos e aumento das mortes em contextos domésticos e familiares, o que evidencia a centralidade das relações de gênero como eixo estruturante dessa violência. Tais dados corroboram a análise proposta neste trabalho ao demonstrar que a violência contra a mulher não apenas persiste, mas se intensifica em contextos onde a naturalização, o silenciamento e a insuficiência institucional permanecem operando de forma estruturante (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026; Segato, 2016).

Mesmo diante da existência de dispositivos legais voltados à proteção das mulheres, persistem falhas significativas em sua efetivação, contribuindo para a produção de um sentimento de desamparo. Tal condição aproxima-se da experiência vivenciada por Mildred, na medida em que a ausência de respostas institucionais efetivas desloca para o indivíduo a responsabilidade de lidar, de forma solitária, com a dor e a violência sofrida. Assim, a exigência de enfrentamento constante não emerge apenas como valor cultural, mas como resposta à insuficiência de suporte social.

Nesse contexto, observa-se a circulação de discursos que reforçam a ideia de que a mulher deve suportar adversidades sem demonstrar fragilidade, naturalizando a sobrecarga emocional feminina. Essa lógica, conforme discutido por Byung-Chul Han (2015), evidencia uma sociedade que valoriza desempenho e

funcionalidade em detrimento do reconhecimento do sofrimento, contribuindo para sua internalização e silenciamento.

A negligência em relação à saúde mental feminina configura-se como um aspecto central dessa problemática. Em muitos contextos, o sofrimento psíquico das mulheres é minimizado ou deslegitimado, o que evidencia a escassez de espaços efetivos de escuta e acolhimento. Tal cenário pode ser articulado às contribuições de Winnicott (1983) e Rogers (1961), ao indicar que a impossibilidade de expressão autêntica favorece a manutenção de organizações defensivas, como o falso *self*, e estados de incongruência entre experiência subjetiva e *self* percebido.

Outro elemento relevante refere-se ao trabalho emocional invisível desempenhado pelas mulheres, amplamente discutido por Silvia Federici (2017). A responsabilização feminina pelo cuidado contribui para a naturalização da ideia de que cabe à mulher sustentar não apenas a si mesma, mas também o equilíbrio emocional dos outros, intensificando o sofrimento psíquico e reforçando a necessidade de manutenção de uma postura de força constante. Tal dinâmica encontra ressonância especialmente na cena do bar presente na reta final do filme, na qual homens conversam abertamente sobre estupro de maneira banalizada. Tal representação evidencia não apenas a violência em si, mas, sobretudo, sua naturalização. Conforme argumenta Rita Segato (2016), esse processo pode ser compreendido como parte de uma estrutura que sustenta a reprodução da violência por meio de mecanismos de dessensibilização ética.

Além disso, conforme aponta Hooks (2020), a cultura da dominação frequentemente exige das mulheres a construção de uma couraça de resistência que, embora funcione como estratégia de sobrevivência, também limita a possibilidade de acesso à vulnerabilidade. Essa ambivalência pode demonstrar que a “força” não se configura apenas como potência, mas também como imposição. Desse modo, o presente tópico pontua como a violência de gênero, o silenciamento do sofrimento e a exigência de resistência constante se articulam tanto na narrativa do filme quanto na realidade brasileira contemporânea. A partir do diálogo entre dados sociais e referenciais teóricos, compreende-se que a chamada “máscara da mulher forte” é sustentada por dinâmicas culturais e institucionais que naturalizam a

dor feminina e dificultam o reconhecimento de sua vulnerabilidade e sofrimento psíquico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender que a construção social da figura da “mulher forte” não se configura apenas como um ideal cultural contemporâneo, mas como resultado de um processo histórico prolongado de produção da feminilidade, atravessado por dispositivos morais, religiosos, institucionais e econômicos. Conforme destaca Federici (2017), o desenvolvimento capitalista implicou a imposição de novas formas de controle sobre os corpos e a subjetividade das mulheres, redefinindo estruturalmente sua posição social. Beauvoir (1970) evidencia que tais estruturas contribuíram para consolidar padrões persistentes de subordinação feminina. Nesse percurso, a dor das mulheres foi reiteradamente enquadrada, moralizada ou silenciada, sendo legitimada sobretudo quando convertida em resiliência, adaptação ou produtividade. Dessa maneira, o ideal contemporâneo de força feminina pode ser compreendido não apenas como valorização da resistência, mas também como continuidade histórica de mecanismos sociais de regulação emocional, cuja função permanece vinculada à contenção da vulnerabilidade.

A articulação entre os referenciais teóricos demonstrou que o sofrimento psíquico não pode ser compreendido exclusivamente como experiência individual, mas como fenômeno produzido e organizado socialmente. Nesse sentido, a lógica contemporânea do desempenho (Han, 2015), somada às heranças históricas de controle do corpo e da subjetividade feminina (Federici, 2017), contribui para a formação de subjetividades marcadas pela auto suficiência emocional compulsória e pela dificuldade de reconhecimento da vulnerabilidade como dimensão legítima da experiência.

Do ponto de vista psicanalítico e humanista, a investigação evidenciou que a exigência de adaptação constante pode favorecer a organização de funcionamentos defensivos, como o falso *self* (Winnicott, 1983), que, embora desempenhe uma função de proteção psíquica, também limita a possibilidade de

expressão espontânea do *self* verdadeiro. Em diálogo com Carl Rogers (1961), observa-se que contextos sociais marcados pela invalidação emocional podem produzir estados de incongruência, nos quais a experiência subjetiva autêntica é reprimida em favor de formas de existência socialmente aceitáveis, também dialogando com Jung (2012) pela repetição arquetípica de busca de uma justiça dificilmente alcançável devido aos obstáculos sociais estruturais.

A protagonista Mildred Hayes mostrou-se, no filme, uma espécie de operador analítico central para a problematização dessas dinâmicas. Sua postura rígida, combativa e emocionalmente controlada não pode ser reduzida a traço de personalidade, mas deve ser compreendida como expressão de um sujeito atravessado por condições sociais de desamparo, violência institucional e ausência de reconhecimento simbólico da dor. Nesse sentido, sua “força” revela-se ambivalente: simultaneamente estratégia de sobrevivência e forma de aprisionamento psíquico.

As cenas do filme citadas, especialmente o encontro com o veado e o confronto com o padre, demonstram momentos distintos de negociação entre vulnerabilidade e contenção. Enquanto a primeira sugere uma breve suspensão das defesas psíquicas, a segunda explicita o processo social de regulação moral do sofrimento, no qual instituições legitimadas operam na definição do que pode ou não ser considerado uma expressão aceitável de dor. Essa tensão reforça a ideia de que o sofrimento não apenas é vivido, mas também continuamente moldado por estruturas de poder e reconhecimento (Butler, 2015; Bourdieu, 2012).

No contexto mais amplo, especialmente quando articulado à realidade brasileira, torna-se evidente que tais dinâmicas ultrapassam o campo ficcional. A persistência de desigualdades de gênero, a sobrecarga emocional feminina e a fragilidade dos dispositivos de acolhimento em saúde mental indicam que o ideal da “mulher forte” permanece operando como uma exigência social ativa, muitas vezes naturalizada. Nesse sentido, pode-se afirmar que há uma forma de violência simbólica que incide não apenas sobre os corpos femininos, mas também sobre suas possibilidades de elaboração subjetiva do sofrimento.

Considera-se que um dos principais achados deste estudo reside na compreensão de que a valorização social da força feminina, quando desvinculada de

condições reais de escuta, cuidado e reconhecimento da vulnerabilidade, tende a produzir efeitos paradoxais: ao mesmo tempo em que sustenta estratégias de enfrentamento, também contribui para o silenciamento da dor e para a sua internalização como falha individual (Hooks, 2020; Han, 2015). Assim, defende-se a necessidade de problematizar criticamente tais ideais, deslocando o debate da esfera individual para o campo social e histórico de produção da subjetividade.

Dessa forma, as dinâmicas relatadas no filme encontram ressonância direta também na realidade brasileira, evidenciando que o silenciamento do sofrimento feminino não pode ser compreendido como uma questão individual, mas como resultado de estruturas sociais, culturais e institucionais que produzem e mantêm esse processo. A exigência de força, nesse contexto, pode ser compreendida não apenas como valor social, mas como uma forma sutil de violência simbólica, na medida em que desautoriza a experiência legítima da dor e restringe os modos possíveis de subjetivação feminina (Bourdieu, 2012).

Por fim, ressalta-se que a investigação aqui realizada não pretende esgotar o tema, mas contribuir para o aprofundamento das discussões sobre gênero, sofrimento psíquico e processos de subjetivação, evidenciando a importância de abordagens interdisciplinares na compreensão das formas contemporâneas de sofrimento feminino que muitas vezes são normalizados e invisibilizados.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERENCZI, Sándor. *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Retrato dos feminicídios no Brasil 2026*. São Paulo: FBSP, 2026.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MCDONAGH, Martin (dir.). *Três anúncios para um crime*. Produção de Graham Broadbent, Pete Czernin e Martin McDonagh. Estados Unidos/Reino Unido: Fox Searchlight Pictures, 2017. 1 DVD (115 min).

ROGERS, Carl R. *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

WINNICOTT, Donald W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983.

O SHOW DA VIDA: impactos psicológicos e identitários da Geração Alpha na sociedade contemporânea

Eduarda de Paula Oliveira
Graduanda em Psicologia Uni-FACEF
dudadpoliveira2007@gmail.com

Eduardo Marquete Malta Souza
Graduando em Psicologia Uni-FACEF
edumarquete.16@gmail.com

Isabella de Andrade Monteiro
Graduanda em Psicologia Uni-FACEF
isabella.monteiro137@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada pela expansão das redes sociais e o compartilhamento em massa da vida cotidiana, evidenciado pela crescente digitalização das relações humanas. Nesse contexto, a vida cotidiana passou a ser amplamente mediada por plataformas digitais, nas quais aspectos da vida privada são frequentemente convertidos em conteúdo público. Um dos fatores emergentes na problematização dessa prática nas redes, é a inserção precoce de crianças e adolescentes ao mundo digital, seja por meio de publicações realizadas pelos responsáveis ou em perfis próprios dessa faixa etária.

Tendo em vista esse contexto, a obra cinematográfica "O Show de Truman: O Show da Vida" estabelece um paralelo com a realidade, uma vez que em sua narrativa acompanhamos Truman, um homem cuja vida foi monitorada e transmitida para uma grande massa e prol de entretenimento. Assim, toda sua trajetória pessoal é modelada e diretamente interferida a partir de seu público, retirando a privacidade e expondo o personagem a uma realidade que não condiz com sua verdade.

A relevância da discussão sobre a exposição da vida privada nas redes sociais torna-se problemática ao considerar que, muitas vezes, essa prática é

naturalizada no cotidiano digital. Dessa forma, faz-se necessário o presente debate, uma vez que, no caso das crianças, essa exposição ocorre frequentemente por meio de publicações realizadas por responsáveis ou familiares, inserindo-as em um ambiente de visibilidade pública desde muito cedo. Assim, na contemporaneidade, muitas crianças passam a fazer parte desse espaço de exposição sem compreender de forma clara como essa visibilidade pode afetar sua privacidade, identidade e desenvolvimento ao longo do tempo, elucidando a necessidade de crítica acerca da exposição infantil no meio digital.

Nessa ótica, o presente trabalho tem como objetivo investigar os distintos aspectos relacionados à presença de crianças nas redes sociais diante da crescente exposição de suas imagens e rotinas nesse ambiente, realidade ainda pouco regulamentada e debatida na sociedade contemporânea. A partir da obra cinematográfica *O Show de Truman: O Show da Vida*, busca-se estabelecer um paralelo com a realidade atual, refletindo sobre como essa exposição pode influenciar o processo de desenvolvimento, a construção da identidade e a compreensão da própria intimidade por parte dessas crianças.

Para tanto, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica, utilizando-se de artigos científicos, livros e obras que abordam a exposição midiática infantil e a presença de crianças nas redes sociais, como a análise da obra cinematográfica *O Show de Truman: O Show da Vida*, a fim de estabelecer um paralelo entre o filme e a realidade contemporânea.

2. A CONSTRUÇÃO SOCIOCULTURAL DA EXPOSIÇÃO EXACERBADA NA CONTEMPORANEIDADE

As redes sociais consolidam-se como estruturas fundamentais de interação na sociedade digital. De acordo com Recuero (2014, p. 24), as redes sociais podem ser compreendidas como estruturas de conexão entre indivíduos, nas quais “não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões”, evidenciando que as relações sociais passam a se constituir a partir de uma lógica relacional, marcada pela constante interação entre os sujeitos no ambiente digital.

Nessa ótica, a maneira como diferentes sujeitos se apresentam e se relacionam é um fator determinante na formação social, evidenciando constantes

transformações nas interações coletivas e na construção da identidade individual. Nesse sentido, Zygmunt Bauman aponta que as identidades na contemporaneidade são marcadas por instabilidade e constante transformação (Bauman, 2001). No mesmo sentido, tais transformações não apenas afetam os indivíduos, mas também são moldadas por uma estrutura social orientada pelo consumo, na qual os sujeitos passam a ser compreendidos, primordialmente, como consumidores, conforme aponta o autor ao afirmar que “a sociedade pós-moderna envolve seus membros primariamente em sua condição de consumidores” (Bauman, 2001, p. 74). O autor também destaca:

O “público” é colonizado pelo “privado”, o “interesse público” é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e às confissões de sentimentos privados. (Bauman, 2001, p. 38).

No contexto das redes sociais online, o indivíduo deixa de ser acessado em sua presença direta e passa a ser reconhecido a partir das representações que constrói e compartilha, inserindo-se em uma dinâmica na qual sua identidade é mediada por conteúdos, imagens e narrativas que circulam no ambiente digital. Nesse sentido, Recuero (2014) aponta que:

As redes sociais online, por exemplo, são apresentadas através de representações dos atores sociais. Ou seja, ao invés de acesso a um indivíduo, tem-se acesso a uma representação dele. Do mesmo modo, as conexões entre os indivíduos não são apenas laços sociais constituídos de relações sociais. No meio digital, as conexões entre os atores são marcadas pelas ferramentas que proporcionam a emergência dessas representações. As conexões são estabelecidas através dessas ferramentas e mantidas por elas. (Recuero, 2014, p.25)

Tendo em vista que “o espetáculo é a principal produção da sociedade atual”, como apontado por Guy Debord em sua obra *A Sociedade do Espetáculo*, compreende-se que, na sociedade contemporânea, as relações sociais são cada vez mais influenciadas pelas imagens e pelas formas de comunicação mediadas pelas mídias. Nesse sentido, o autor afirma que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”, evidenciando que a vida social passa a ser organizada sob a lógica da representação, na qual “tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação”.

Dessa forma, a valorização da exposição da vida privada se intensifica na contemporaneidade, fragilizando as fronteiras entre o público e o privado e ampliando a visibilidade de aspectos íntimos da vida social. Ademais, a presença das mídias digitais contribui para a formação de percepções e ideais, uma vez que os conteúdos compartilhados funcionam como instrumentos de construção simbólica da realidade. Nessa perspectiva, Bauman aponta que “as narrativas pessoais são meramente ensaios de retórica pública montados pelos meios de comunicação para representar verdades subjetivas” (Bauman, 2001, p. 83), reforçando o papel da exposição na construção do sujeito contemporâneo.

Portanto, as relações sociais passam a ser atravessadas por uma lógica de representação, na qual aquilo que é compartilhado assume centralidade na construção das percepções sobre o outro, evidenciando que a experiência social no ambiente digital não se dá de maneira direta, mas mediada por aquilo que é exposto.

Nesse contexto de compreensão de uma sociedade marcada pela lógica do espetáculo, a inserção precoce da geração Alpha em ambientes digitais pode ser analisada à luz dessa dinâmica, visto que, desde a infância, seu desenvolvimento é atravessado por processos de visibilidade, exposição e mediação tecnológica. De modo exemplificativo, o filme *O Show de Truman* apresenta uma realidade inteiramente construída e observada, na qual a vida do protagonista se configura como um espetáculo contínuo, dialogando com a perspectiva apresentada por Debord.

A partir dessa dinâmica, observa-se que as redes sociais deixam de se configurar apenas como instrumentos tecnológicos e passam a constituir uma estrutura própria da organização social contemporânea, influenciando diretamente os modos de interação, reconhecimento e construção de identidade. Nesse contexto, a exposição emerge como um elemento central dessas relações, sendo progressivamente incorporada como prática social naturalizada. Assim, a construção da identidade passa a ocorrer em estreita relação com esse ambiente, evidenciando a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a geração Alpha, cujo desenvolvimento está imerso em uma lógica de visibilidade, representação e permanência no espaço digital.

3. GERAÇÃO ALPHA E CULTURA DA EXPOSIÇÃO: IDENTIDADE E INFLUÊNCIA FAMILIAR

A adolescência como uma fase do desenvolvimento humano é elaborada a partir de uma construção histórica e social. Nesse sentido, Ariès (1981) evidencia que, nas sociedades tradicionais, não havia uma separação clara entre infância e vida adulta, uma vez que “a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem”, indicando a ausência de um período intermediário reconhecido socialmente. O autor ainda afirma que “não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar” (Ariès, 1981, p. 45), reforçando que a adolescência é resultado de um processo histórico recente. Nessa mesma perspectiva, Lepre, ao realizar um resgate teórico sobre a constituição dessa fase, aponta que, em períodos como o romano, “somente aos 14 anos o jovem abandonava as vestes infantis”, passando a assumir papéis sociais adultos, sem que houvesse uma delimitação clara entre infância e maturidade, o que evidencia a inexistência de um espaço próprio para a adolescência enquanto etapa definida.

A partir da modernidade, no século XX, a adolescência passa a ser compreendida como uma fase marcada por transformações significativas. Lepre destaca que a adolescência é essencialmente associada à ideia de “transformação”, abrangendo mudanças corporais, como o crescimento acelerado e as alterações hormonais, bem como transformações comportamentais e emocionais, incluindo “rebeldia, isolamento, apego exagerado ao grupo” e oscilações entre “tristeza ou euforia”. A autora também ressalta que essas transformações não são universais, variando conforme o contexto cultural e social, o que reforça a ideia de que a adolescência deve ser compreendida como um fenômeno atravessado por diferentes realidades.

No campo psicológico, Erikson (1972) aprofunda essa compreensão ao afirmar que:

Em termos psicológicos, a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à

luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele. (Erikson, 1972, p. 21)

Ainda segundo o autor, “podemos falar da crise de identidade como o aspecto psicossocial do processo adolescente” (Erikson, 1972, p. 90), articulando que essa fase está diretamente relacionada à construção do eu, sendo marcada por uma “confusão de identidade” que leva o sujeito a buscar identificações com pessoas, grupos e ideologias. Tal processo evidencia que a identidade se constitui de forma relacional e dinâmica, sendo atravessada por interações sociais e pela necessidade de pertencimento, fatores intensificados na era digital.

A condição de transformação e busca identitária também se articula com uma maior vulnerabilidade emocional e comportamental. Zappe, Alves e Dell’Aglio (2018) apontam que:

Adolescentes adotam comportamentos de risco principalmente em razão da busca de desafios e novas experiências, os quais podem favorecer o desenvolvimento psicossocial conforme a experimentação de riscos facilita as relações entre os pares e contribui para o desenvolvimento da autonomia. (Zappe, Alves e Dell’Aglio, 2018, p. 80)

A partir dessa compreensão da adolescência como um processo de construção identitária, torna-se necessário analisar os impactos sociais relacionados às redes digitais. Nesse sentido, é inevitável considerar sua influência sobre o comportamento humano, uma vez que os avanços tecnológicos modificam significativamente a forma como os indivíduos se posicionam e se relacionam em sociedade. As mídias digitais inserem-se nesse contexto pela facilidade de propagação de informações, valores e ideologias, funcionando tanto como instrumentos de disseminação de conhecimento quanto como mecanismos de reprodução de discursos e padrões sociais. Nesse cenário, a constante exposição a conteúdos digitais pode contribuir para a redução da autonomia reflexiva, especialmente quando o consumo informacional ocorre de maneira passiva e imediata.

Dessa forma, à medida que o indivíduo passa a absorver de forma acrítica os conteúdos disseminados pelas redes, há uma tendência de distanciamento entre sua percepção da realidade concreta e as representações

construídas no ambiente digital. Theodor Adorno e Max Horkheimer afirmam que “quanto mais a realidade social se afastava da consciência cultivada, tanto mais esta se via submetida a um processo de reificação” (Adorno; Horkheimer, 1969, p. 93), evidenciando como a perda da reflexão crítica favorece a aceitação de padrões e discursos previamente estabelecidos. Essa dinâmica torna-se ainda mais sensível ao considerar crianças e adolescentes, especialmente da geração alpha, que se encontram em processo de formação subjetiva e social, estando mais suscetíveis à influência de conteúdos repetitivos e à internalização de modelos comportamentais difundidos pelas plataformas digitais.

No contexto contemporâneo, essa vulnerabilidade tende a se intensificar, como aponta Levisky (1995): “A violência está presente em nossa sociedade [...] nos meios de comunicação [...] banalizam a vida, o sexo, a violência e as relações [...] exploram a desgraça alheia visando apenas interesses próprios.”

Além disso, destaca que, na adolescência, “em função da vulnerabilidade egoica inerente ao processo”, há maior incidência de estados emocionais intensificados, o que pode favorecer comportamentos de risco e dificuldades de regulação psíquica, especialmente diante das pressões da sociedade contemporânea.

Sob essa ótica, a adolescência pode ser compreendida como um período marcado por intensas transformações e pela necessidade de reorganização do sujeito em relação a si e ao meio. Ao analisar o contexto contemporâneo, a presença constante das tecnologias digitais e das redes sociais, influenciam esses processos, que passam a ocorrer também em ambientes mediados pela exposição e pela visibilidade. Nesse cenário, a Geração Alpha cresce inserida desde os primeiros anos de vida nesses espaços, tendo sua construção identitária elaborada por dinâmicas de autoexposição e validação social, o que amplia a complexidade dessa fase e reforça a necessidade de compreendê-la.

Dessa forma, considerando a centralidade das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, a dependência digital tem sido abordada na literatura como uma das possíveis consequências do uso intensivo das redes sociais. Inicialmente, Kimberly Young descreve a dependência de internet como um padrão de uso excessivo e disfuncional, caracterizado pela dificuldade de controle sobre o

tempo de conexão e pela interferência nas atividades cotidianas, aproximando-se de modelos de dependência comportamental (Young, 1998). Nesse sentido, Adam Alter aponta que as plataformas digitais, são estruturadas a partir de mecanismos de reforço intermitente e recompensas imediatas, o que contribui para a manutenção prolongada do engajamento dos usuários (Alter, 2017). Ademais, Sherry Tuskle observa que a relação contínua com dispositivos digitais pode impactar as formas de interação social, favorecendo vínculos mediados pela tecnologia. Além disso, Nicholas Carr discute sobre as possíveis alterações nos processos cognitivos, especialmente no que se refere à atenção e à concentração.

Nesse contexto, a cultura intensificada pelo uso excessivo de telas tende a transformar a comunicação em instrumento de consumo, no qual não apenas produtos materiais, mas também valores, comportamentos e imagens pessoais passam a circular como mercadorias simbólicas. Nessa lógica, a imagem individual assume função de visibilidade e divulgação, tornando-se elemento constantemente exposto e passível de apropriação social e mercadológica. Tal fenômeno torna-se ainda mais delicado quando relacionado à exposição infantil nas redes sociais, uma vez que conteúdos vinculados à vida privada passam a integrar dinâmicas públicas de circulação e consumo. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer afirmam que “a cultura converteu-se totalmente numa mercadoria, difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados” (Adorno; Horkheimer, 1969, p. 93), demonstrando como a lógica mercadológica ultrapassa o campo econômico e alcança a própria construção das relações sociais e da subjetividade contemporânea.

Além da fragilização do pensamento crítico, a contemporaneidade também evidencia uma crítica social cada vez mais superficial e com baixa capacidade de transformação efetiva. Embora os meios digitais ampliem os espaços de manifestação e posicionamento individual, isso não significa, necessariamente, maior consciência política ou social. Nesse sentido, Zygmunt Bauman afirma que “nossa crítica é, por assim dizer, ‘desdentada’, incapaz de afetar a agenda estabelecida para nossas escolhas na política-vida” (Bauman, 2001, p. 24), demonstrando que, mesmo diante da aparente liberdade de expressão, grande parte das manifestações contemporâneas permanece limitada à reação imediata e à

insatisfação momentânea, sem produzir alterações significativas nas estruturas sociais. Dessa forma, a crítica passa a ocupar um espaço mais simbólico do que efetivamente transformador, sendo frequentemente absorvida pela própria lógica de consumo e visibilidade que sustenta o ambiente digital.

O uso excessivo das redes sociais e das telas digitais passou a integrar de forma naturalizada o cotidiano contemporâneo, especialmente entre crianças e adolescentes, sendo frequentemente compreendido como parte inevitável do desenvolvimento social e tecnológico. No entanto, essa permanência constante no ambiente virtual favorece a substituição de experiências concretas por relações mediadas pela lógica da visibilidade, do consumo e da validação imediata. A necessidade contínua de exposição, aprovação e pertencimento social reforça comportamentos de dependência de reconhecimento social em relação ao meio digital, dificultando a construção da autonomia e da reflexão crítica. Nesse cenário, o excesso de conectividade deixa de ser percebido como um possível fator de vulnerabilidade e passa a ser tratado como um padrão normativo da vida contemporânea.

Quando essa dinâmica atinge a infância, os impactos tornam-se ainda mais sensíveis, uma vez que crianças e adolescentes se encontram em processo de formação subjetiva, emocional e social. A exposição precoce da imagem infantil nas redes sociais, muitas vezes realizada pelos próprios responsáveis, insere a criança em uma lógica de visibilidade pública antes mesmo da consolidação de sua autonomia e de sua capacidade de consentimento. Dessa forma, a infância passa a ser atravessada por interesses de validação social, consumo simbólico e até mesmo mercantilização da imagem, transformando experiências privadas em conteúdos públicos. A naturalização dessa prática contribui para o enfraquecimento da percepção crítica sobre seus riscos, fazendo com que a superexposição seja frequentemente legitimada como demonstração de afeto, cuidado ou simples compartilhamento cotidiano.

Nesse sentido, o filme *O Show de Truman* apresenta de forma simbólica sobre como a ausência de consciência acerca da exposição pode impactar diretamente a construção da identidade e das relações sociais. Na obra, a vida do protagonista é transformada em espetáculo, sendo acompanhada e consumida por

uma audiência ao longo de toda a sua existência sem que ele tenha consciência plena dessa condição. Tal dinâmica evidencia a realidade contemporânea na qual a experiência vivida é constantemente divulgada, tendo a visibilidade como elemento central das interações.

Dessa perspectiva, é possível compreender que, quanto mais se é inserido em contextos mediados por representações sociais, maior tende a ser o afastamento da consciência crítica sobre esses processos, o que contribui para a naturalização de dinâmicas de exposição. Essa lógica se intensifica ao considerar a Geração Alpha, que cresce inserida desde os primeiros anos de vida em ambientes digitais, são marcados por circulações contínuas de conteúdos. Aspectos sensíveis da vida social, como intimidade, relações e experiências pessoais, se demonstram progressivamente banalizados ao mesmo tempo em que a exposição se consolida como forma de reconhecimento e pertencimento. Assim como no filme, em que as relações do protagonista são construídas de forma artificial, na contemporaneidade, os vínculos sociais tendem a ser cada vez mais atravessados por representações, nas quais o outro não é conhecido em sua totalidade, mas por aquilo que é exposto.

Dessa forma, é evidenciado como a exposição passa a ser incorporada como prática social naturalizada desde a infância, contribuindo para a construção de identidade estabelecida pela visibilidade e pela validação externa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica realizada, verifica-se que a influência das mídias digitais na Geração Alpha se insere em uma lógica sociocultural mais ampla, caracterizada pela valorização da visibilidade, pela mediação tecnológica e pela intensificação das experiências digitais. Portanto, os resultados deste presente artigo, permitiram alcançar o objetivo de investigar os distintos aspectos relacionados à presença de crianças nas redes sociais diante da crescente exposição de suas imagens e rotinas nesse ambiente, realidade ainda pouco regulamentada e debatida na sociedade contemporânea.

A partir da obra cinematográfica *O Show de Truman: O Show da Vida*, busca-se estabelecer um paralelo com a realidade atual, refletindo sobre como essa

exposição pode influenciar o processo de desenvolvimento, a construção da identidade e a compreensão da própria intimidade por parte dessas crianças.

Diante disso, revela-se que as transformações socioculturais mediadas pelas tecnologias digitais, tendem a se intensificar, principalmente na inserção precoce de crianças e adolescentes nestes meios, pautada na exposição exacerbada, acarretando em impactos negativos no desenvolvimento emocional e identitário da Geração Alpha.

Por isso, faz-se necessário a implantação de políticas públicas que visem impedir o uso desordenado da imagem de crianças e adolescentes nas mais diversas redes sociais, afim de preservar sua integridade psíquica, como já é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que ainda enfrenta defasagens no quesito de aplicação e punição. Concomitante a essa proposta, é indispensável a educação digital e o desenvolvimento do pensamento crítico, não só para as últimas gerações, mas também para os pais e responsáveis que expõem seus filhos, visto que, a problemática se dá justamente pela ausência de autonomia reflexiva e busca cega por monetização.

Por fim, destaca-se a relevância da realização de estudos empíricos que possibilitem a análise das dinâmicas discutidas em contextos reais. Nesse sentido, pesquisas de campo, por meio de entrevistas, questionários ou observações, podem contribuir para a compreensão aprofundada da relação entre a Geração Alpha e o uso das mídias digitais, especialmente no que se refere aos processos de construção identitária, exposição e saúde mental. Além disso, investigações futuras podem explorar diferentes contextos socioculturais e faixas etárias, ampliando a compreensão acerca dos impactos do uso intensivo das tecnologias digitais. Assim, aponta-se a necessidade de continuidade das pesquisas na área, a fim de subsidiar práticas educativas e estratégias de intervenção voltadas ao uso consciente e crítico das mídias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ERIKSON, Erik H. *Identidade: juventude e crise*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LEPRE, Rita Melissa. *Adolescência e construção da identidade*. Cadernos CEDES, Campinas, v. 25, n. 66, p. 91–111, maio/ago. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rita-Lepre/publication/237343201_ADOLESCENCIA_E_CONSTRUCAO_DA_IDENTIDADE/links/573c9f6c08aea45ee84197bc/ADOLESCENCIA-E-CONSTRUCAO-DA-IDENTIDADE.pdf. Acesso em 26 de abril de 2026.

LEVISKY, David Léo. *Adolescência pelos caminhos da violência*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Redes sociais na internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. YOUNG, Kimberly S. *Internet addiction: the emergence of a new clinical disorder*. *CyberPsychology & Behavior*, v. 1, n. 3, p. 237–244, 1998.

YOUNG, Kimberly S. **Internet addiction**: the emergence of a new clinical disorder. *CyberPsychology & Behavior*, v. 1, n. 3, p. 237–244, 1998. Disponível em https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4291825/?utm_source. Acesso em 26 de abril de 2026

ZAPPE, Jana Gonçalves; ALVES, Cássia Ferrazza; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. *Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos*. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 79–100, abr. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 26 de abril de 2026.

PSICOPATIA E FICÇÃO: a romantização dos assassinos em série dos seriados Dexter e You

Maria Eduarda Ferreira
Graduanda em Psicologia Uni-FACEF
maduferreira111@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A psicopatia é compreendida como um construto psicológico relacionado a um padrão persistente de traços de personalidade e comportamentos antissociais, caracterizado principalmente pela ausência de empatia, manipulação interpessoal, frieza emocional e falta de remorso, frequentemente associado ao Transtorno de Personalidade Antissocial descrito nos manuais diagnósticos contemporâneos. Conforme isso, estudos atuais ressaltam que não se trata apenas de comportamentos criminosos, mas de uma configuração complexa de funcionamento psíquico que envolve aspectos afetivos, interpessoais e comportamentais, sendo diretamente investigada em diferentes campos, como a psicologia, a psiquiatria e o direito.

No contexto contemporâneo, também se destacam os desafios de diagnósticos e as implicações éticas e legais, especialmente no que se refere à responsabilização de indivíduos com esses traços, uma vez que podem apresentar preservação cognitiva, mas prejuízos significativos nas dimensões emocionais e morais. Ademais, evidências indicam que a psicopatia resulta da interação entre fatores biológicos, como alterações neurofuncionais, e fatores ambientais, como vivências adversas na infância, o que reforça a importância de abordagens preventivas e interventivas fundamentadas em evidências científicas.

Mesmo com bases científicas qualificando os comportamentos sociais relacionados a psicopatia, a retratação na ficção transforma esse transtorno de forma sensacionalista em um estereótipo. Por isso, faz-se relevante a reflexão sobre

o contexto, uma vez que ocorre uma representação, em muitas produções, conduzindo o personagem para um lugar de sedutor, carismático, com traços de inteligência elevada, charme excessivo, senso estético refinado e histórias pessoais complexas, e assim, essas características favorecem a construção de uma imagem ambígua, em vezes, admirável pelo telespectador, banalizando a violência e contribuindo para a espetacularização do crime.

Nesse contexto, o presente estudo objetivou explorar a romantização dos personagens Dexter, do seriado Dexter, e Joe, do seriado You, os quais se apresentam como protagonistas e assassinos em série, com intuito de identificar as condutas cinematográficas para a ocorrência disso.

Para isso, a estratégia metodológica foi a pesquisa bibliográfica crítica, utilizando-se de livros e artigos relacionados ao tema, além das séries propriamente desenvolvidas a partir desses protagonistas.

2. CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM DEXTER

A construção do personagem Dexter Morgan, protagonista da série Dexter, produzida de 1º de outubro de 2006 até 22 de setembro de 2013 pelo canal a cabo premium Showtime, contendo 8 temporadas e 96 episódios, configura-se como um processo narrativo complexo que articula dimensões psicológicas, éticas, sociais e simbólicas, formando, assim, um dos anti-heróis mais emblemáticos da televisão contemporânea. A elaboração desse personagem transcende a simples caracterização de um assassino em série, inserindo-o em um campo de ambiguidade moral que tensiona continuamente as fronteiras entre justiça, legalidade e legitimidade da violência.

Sob a perspectiva psicológica, Dexter é estruturado a partir de um trauma fundante, vivenciado na infância, que atua como elemento etiológico para a formação de sua personalidade. Tal experiência traumática é frequentemente interpretada à luz de conceitos da psicopatologia, especialmente aqueles relacionados ao transtorno de personalidade antissocial e à psicopatia. Nesse sentido, pode-se observar traços como superficialidade emocional, ausência de empatia, manipulação interpessoal e instrumentalização das relações sociais.

Contudo, a narrativa subverte essa construção ao atribuir ao personagem uma capacidade funcional de inserção social, evidenciada por sua atuação profissional e pela manutenção de vínculos afetivos simulados.

Um dos elementos centrais na construção de Dexter é o denominado “código de Harry”, conjunto de normas internalizadas a partir da figura paterna adotiva, que opera como mecanismo de controle e canalização de seus impulsos homicidas. Esse código impõe critérios específicos para a seleção das vítimas, restringindo suas ações a indivíduos que cometeram crimes graves e escaparam da punição institucional. Por isso, o dispositivo narrativo introduz uma dimensão ética paradoxal, na qual a violência é ressignificada como instrumento de justiça, aproximando o personagem de uma lógica utilitarista e suscitando debates acerca da legitimidade da justiça pelas próprias mãos. Tal dinâmica pode ser exemplificada na cena do primeiro episódio da série, disponibilizado no streaming Netflix, em que Dexter captura um assassino de crianças e o submete ao seu ritual: o ambiente é cuidadosamente preparado com plástico, fotografias das vítimas são apresentadas como forma de “julgamento” e, após confrontar o criminoso com suas ações, Dexter executa o assassinato. Nessa sequência, evidencia-se não apenas a ritualização da violência, mas também a racionalização moral que sustenta suas práticas, reforçando a ideia de que seu comportamento segue uma lógica normativa própria.

No plano narrativo, percebe-se que o uso recorrente da narração em primeira pessoa, proporciona acesso privilegiado à interioridade do personagem. Esse recurso favorece a construção de uma cumplicidade entre Dexter e o telespectador, ao mesmo tempo em que explicita sua constante performance social. A metáfora do “passageiro sombrio” emerge como representação simbólica de seus impulsos violentos, funcionando como uma externalização de seu conflito intrapsíquico e reforçando a dualidade entre controle racional e compulsão instintiva.

Ademais, a construção estética e simbólica do personagem destaca elementos visuais, como a recorrência da cor vermelha, associada ao sangue, e a organização ritualística das cenas de assassinato, contribuem para a constituição de uma identidade marcada pela repetição e pelo controle.

No âmbito sociocultural, Dexter Morgan pode ser compreendido como um reflexo das tensões contemporâneas em torno da ineficácia das instituições de

justiça e segurança pública. Ao direcionar sua violência contra criminosos impunes, o personagem encarna uma forma de justiça paralela que dialoga com o imaginário coletivo de punição e vingança.

Outro elemento relevante está relacionado à construção das relações interpessoais do personagem, especialmente no que tange à sua tentativa de “construir” afetos e estabelecer vínculos. Relações com personagens como Debra, irmã do personagem, e Rita, primeira namorada do personagem, evidenciam sua busca por normalidade e pertencimento, ainda que mediada por simulações emocionais.

3. CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM JOE

A construção do personagem Joe Goldberg, protagonista da série *You*, produzida em 2018 até 2025 pelo streaming Netflix, contendo 5 temporadas e 50 episódios, pode ser apresentado como um estudo complexo sobre obsessão, controle e distorção da realidade, inserindo-se no contexto contemporâneo de discussões acerca de relações interpessoais mediadas por tecnologia e dinâmicas de poder. Diferentemente de representações tradicionais de antagonistas, Joe, também é elaborado como um anti-herói cuja narrativa é conduzida de modo a gerar identificação e, simultaneamente, inquietação naquele que assiste.

Sob a perspectiva psicológica, Joe é construído a partir de um histórico de traumas infantis, marcados por abandono, violência e instabilidade emocional, elementos que atuam como fatores estruturantes de sua subjetividade. Tais experiências contribuem para o desenvolvimento de padrões de apegos disfuncionais. Nesse sentido, pode-se observar no personagem uma necessidade exacerbada de vínculo, acompanhada por comportamentos de controle e vigilância, que visam evitar a perda do objeto de afeto.

Adicionalmente, Joe Goldberg apresenta traços compatíveis com transtornos de personalidade, especialmente no que se refere à manipulação interpessoal, à ausência de empatia consistente e à tendência para a racionalização de condutas violentas, sendo comportamentos conduzidos por personalidades antissociais. Seu discurso interno revela um mecanismo constante de

autojustificação, no qual suas ações são reinterpretadas como necessárias ou até mesmo altruístas, evidenciando um funcionamento psíquico marcado por distorções cognitivas.

No plano narrativo, o uso da narração em primeira pessoa como dispositivo central na construção do personagem faz com que esse recurso não apenas proporcione acesso à sua interioridade, mas também opere como estratégia de persuasão, conduzindo o telespectador a uma identificação parcial com sua perspectiva. Tal mecanismo pode ser analisado à luz do conceito de narrador não confiável, no qual a realidade apresentada é filtrada por uma consciência subjetiva e potencialmente distorcida. Essa dinâmica torna-se particularmente evidente na primeira temporada, disponibilizada no streaming Netflix, quando Joe mantém uma personagem em cativeiro no porão da livraria. Nessa sequência, o personagem justifica suas ações como uma forma de “proteger” a personagem de si mesma e de influências externas, enquanto ignora completamente a violência de seu ato. A cena explicita o contraste entre sua narrativa interna, marcada por um discurso afetivo e racionalizador, e a realidade objetiva da situação, evidenciando o grau de distorção cognitiva e moral presente em sua subjetividade.

Outro aspecto fundamental para a narrativa refere-se à dimensão tecnológica presente na série. Joe utiliza ferramentas digitais, como redes sociais, mecanismos de busca e dispositivos de monitoramento, como extensões de seu olhar vigilante, configurando práticas sistemáticas de stalking. Essa característica insere o personagem em um contexto contemporâneo marcado pela cultura de relações entre poder, controle e visibilidade. Assim, o comportamento de Joe pode ser interpretado como uma manifestação extrema de práticas socialmente naturalizadas no ambiente digital.

No âmbito estético e simbólico, a série constrói a identidade de Joe Goldberg por meio de elementos que reforçam sua duplicidade. Ambientes aparentemente comuns, como livrarias e residências, contrastam com espaços ocultos de confinamento, como o porão onde mantém suas vítimas, simbolizando a coexistência entre normalidade social e violência latente. Com isso, essa dualidade espacial contribui para a representação de uma subjetividade fragmentada e dissimulada.

Do ponto de vista sociocultural, o personagem suscita reflexões críticas acerca da romantização de comportamentos abusivos, especialmente quando associados a discursos de amor, cuidado e proteção. A narrativa evidencia como práticas de controle, invasão de privacidade e violência podem ser reinterpretadas sob uma ótica afetiva, o que contribui para sua naturalização em determinados contextos. Tal problemática dialoga com discussões contemporâneas sobre violência de gênero, relações tóxicas e os limites entre interesse afetivo e comportamento obsessivo.

4. ASPECTOS CONDUZENTES PARA A ROMANTIZAÇÃO DESSES PERSONAGENS

A romantização de personagens como Dexter e Joe, pode ser compreendida a partir de uma articulação complexa entre estratégias narrativas, construções psicológicas e dinâmicas socioculturais contemporâneas. Esses elementos operam de maneira integrada na produção de uma recepção ambígua, na qual a violência é simultaneamente condenada e simbolicamente atenuada, favorecendo processos de identificação e empatia por parte do público.

Entre os aspectos conducentes para a romantização, destaca-se o uso da narração em primeira pessoa como dispositivo discursivo central, o qual permite o acesso direto à interioridade dos personagens. No entanto, esse recurso também promove uma mediação subjetiva dos acontecimentos, conduzindo o espectador a uma compreensão parcial das motivações dos protagonistas. Nesse sentido:

A análise da mente do serial killer, quando enfatizada em suas motivações internas, pode favorecer uma percepção mais humanizada do indivíduo criminoso. Esse processo ocorre porque o acesso à subjetividade do personagem permite que o público compreenda suas dores, conflitos e justificativas internas, deslocando o foco da condenação moral para uma tentativa de compreensão psicológica mais ampla (Oliveira, 2024, p. 5).

No âmbito psicológico, os dois protagonistas apresentam traços que podem ser associados a padrões de personalidade marcados por déficit empático, necessidade de controle e racionalização da violência. Entretanto, ambos são construídos com elementos que os tornam socialmente funcionais e, em certa medida, sedutores. Essa sedução não se limita ao plano físico, mas envolve

principalmente aspectos cognitivos e comportamentais, como inteligência, capacidade de articulação discursiva e aparente sensibilidade. De acordo com Moreira et al. (2023, p. 9), “a presença de habilidades sociais desenvolvidas em alguns perfis de assassinos em série contribui para sua capacidade de manipulação e aproximação com as vítimas”, aspecto que, nesse contexto ficcional, é ressignificado como carisma.

Visto isso, a análise psicológica desses personagens permite compreender que sua construção se apoia em uma combinação entre traços disfuncionais e características socialmente valorizadas, o que favorece sua aceitação pelo público. Nesse sentido, a sedução exercida por tais figuras podem ser interpretada à luz de mecanismos de identificação projetiva, nos quais o espectador reconhece, ainda que de forma inconsciente, elementos de conflito, desejo e transgressão presentes na experiência humana. Além disso, a lógica narrativa frequentemente posiciona esses personagens como protagonistas de suas próprias histórias, deslocando-os da posição de vilões para a de sujeitos centrais, com os quais o público é convidado a se alinhar.

Outro fator relevante refere-se à construção de justificativas morais que orientam suas ações. No caso de Dexter Morgan, o “código” atua como mecanismo de legitimação simbólica da violência, enquanto Joe Goldberg estrutura sua conduta a partir de uma narrativa de amor e proteção. Esses elementos contribuem para a reinterpretação de comportamentos violentos como ações dotadas de sentido, reduzindo a rejeição por parte do espectador. Como destacado na literatura:

A transformação da violência em produto midiático envolve sua reorganização narrativa de modo a torná-la consumível ao público. Esse processo implica a atribuição de sentido às ações violentas, frequentemente por meio de justificativas morais ou emocionais, o que contribui para a diminuição da rejeição e pode favorecer a romantização desses comportamentos (Miranda, 2024, p. 3).

Ademais, a presença de traumas infantis como elemento estruturante da subjetividade dos personagens contribui para a construção de uma narrativa de vitimização parcial, deslocando o foco do julgamento moral para a compreensão psicológica. Moreira et al. (2023, p. 8) destacam que “fatores como abuso na infância e instabilidade emocional aparecem de forma consistente na construção dos

perfis de assassinos em série”, o que, no campo ficcional, pode favorecer a empatia do público.

No plano sociocultural, o fascínio do telespectador por personagens sedutores e moralmente ambíguos pode ser compreendido como reflexo de uma cultura midiática que valoriza narrativas complexas e emocionalmente envolventes. A estética audiovisual, aliada à construção de personagens carismáticos, contribui para a transformação da violência em espetáculo. Conforme ressalta a literatura:

As representações midiáticas de serial killers tendem a oscilar entre a monstruosidade e a humanização, construindo figuras ambíguas que despertam simultaneamente repulsa e atração. Essa dualidade é central para o engajamento do público, pois permite uma experiência emocional complexa e contraditória diante da violência representada (Castro, 2022, p. 12).

Assim, a preferência do público por personagens como Dexter Morgan e Joe Goldberg pode ser compreendida a partir da articulação entre processos de identificação psicológica, estratégias de sedução narrativa e a construção de uma ambiguidade moral estruturante. Tais personagens são delineados de modo a evidenciar dimensões subjetivas, como traumas, sentimentos de inadequação e demandas por pertencimento que favorecem a aproximação do espectador, promovendo mecanismos de empatia que tendem a relativizar suas práticas violentas. Ademais, a centralidade desses sujeitos na narrativa, aliada à apresentação de códigos morais próprios, contribui para a atenuação simbólica de suas condutas, inserindo-as em um campo interpretativo menos rígido do ponto de vista ético.

Nesse contexto, tais figuras operam como dispositivos simbólicos por meio dos quais se projetam conflitos humanos universais, ao mesmo tempo em que proporcionam uma experiência mediada de contato com a transgressão. Conforme Brett Martin (2019), o público passa a torcer por personagens que, em outros contextos, seriam moralmente condenáveis, uma vez que as narrativas contemporâneas favorecem o acesso às suas motivações e justificativas, produzindo uma identificação complexa.

Desse modo, evidencia-se o papel da mídia enquanto instância produtora de sentidos acerca da violência, na medida em que favorece a constituição de vínculos afetivos com figuras que, em contextos sociais não

mediados pela ficção, tenderiam a ser amplamente rejeitadas. Ao explorar zonas de indeterminação moral, produções como Dexter e You não apenas operam no âmbito do entretenimento, mas também participam ativamente da reconfiguração simbólica de valores éticos contemporâneos, tensionando as fronteiras entre o aceitável e o condenável no imaginário social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu o objetivo proposto ao explorar criticamente a romantização de personagens como Dexter Morgan e Joe Goldberg, evidenciando que tal fenômeno se configura como resultado de uma articulação complexa entre dispositivos narrativos, construções psicossociais e mediações culturais. A reflexão demonstrou que recursos como a narração em primeira pessoa, o acesso privilegiado à interioridade dos protagonistas e a elaboração de sistemas de justificação moral operam como mecanismos estruturantes na produção de empatia, contribuindo para a atenuação simbólica da violência e para a flexibilização dos julgamentos éticos por parte do espectador.

Nesse sentido, verificou-se que a construção desses personagens está ancorada em uma lógica de ambivalência, na qual traços tradicionalmente associados à psicopatia, como frieza emocional, manipulação interpessoal e ausência de remorso, coexistem com atributos socialmente valorizados, tais como inteligência, autocontrole e competência relacional. Tal configuração favorece a emergência de figuras moralmente ambíguas, cuja recepção pelo público é marcada por uma tensão entre repulsa e identificação. Ademais, a recorrente inserção de elementos biográficos, como traumas infantis e experiências adversas, atua como estratégia de humanização, deslocando o eixo interpretativo da condenação moral para a compreensão psicodinâmica dos comportamentos.

Diante dos fatos apresentados, observa-se que a centralidade de personagens moralmente ambíguos tende a se consolidar como um traço distintivo das produções audiovisuais contemporâneas. Em um cenário marcado pela crescente complexificação das narrativas e pela valorização de construções subjetivas densas, é plausível supor a continuidade, e possível intensificação, de estratégias que promovem a identificação com figuras eticamente controversas.

Conforme argumenta Zygmunt Bauman (2007), a contemporaneidade é caracterizada pela fluidez das normas e pela instabilidade dos referenciais morais, o que favorece a emergência de formas de sociabilidade e representação marcadas pela ambiguidade. Nesse contexto, a romantização da violência tende a se manter como recurso narrativo eficaz, ainda que potencialmente problemático do ponto de vista ético e social.

Não obstante, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. O delineamento metodológico, de natureza bibliográfica, restringe a análise ao campo teórico-interpretativo, não contemplando a dimensão empírica da recepção do público, o que impede a generalização dos achados e a verificação direta dos efeitos dessas narrativas sobre diferentes grupos sociais. Ademais, a delimitação do corpus analítico às produções *Dexter* e *You*, embora tenha possibilitado maior aprofundamento, limita a abrangência dos resultados, uma vez que outras obras podem apresentar formas diferentes de construção e interpretação. Outro aspecto relevante é que a análise se concentrou principalmente nos elementos narrativos e psicológicos, sem aprofundar questões relacionadas à produção midiática, como interesses da indústria cultural ou estratégias das plataformas de streaming. Também é importante destacar que as interpretações apresentadas dependem das referências utilizadas e da leitura dos autores, podendo haver outras formas de compreender o mesmo fenômeno. Dessa forma, apesar de contribuir para a discussão sobre a romantização da violência na ficção, o estudo apresenta limites que indicam a necessidade de novas pesquisas, especialmente aquelas que incluam dados empíricos e ampliem o número de obras analisadas.

Diante disso, recomenda-se que investigações futuras avancem na incorporação de metodologias empíricas, especialmente aquelas voltadas à análise da recepção, a fim de compreender como diferentes públicos interpretam, negociam e atribuem sentido a essas representações. Estudos que articulem abordagens qualitativas e quantitativas poderão contribuir para a compreensão dos impactos da romantização da violência na formação de valores, crenças e atitudes. Ademais, sugere-se a ampliação do corpus analítico, bem como a realização de estudos

comparativos interculturais, considerando as especificidades dos diferentes contextos de produção e circulação midiática.

Por fim, conclui-se que a romantização de personagens violentos na ficção constitui um fenômeno de elevada relevância para o campo acadêmico, na medida em que não apenas reflete transformações culturais contemporâneas, mas também participa ativamente da produção e reconfiguração de sentidos acerca da moralidade, da justiça e da violência. Ao promover uma experiência estética fundamentada na ambiguidade e na identificação, produções como *Dexter* e *You* evidenciam o papel da mídia enquanto instância mediadora de valores sociais, tensionando os limites entre o aceitável e o condenável no imaginário de uma sociedade que consome esse tipo de conteúdo.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. ***Modernidade líquida***. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTRO, Mariana Cassiano. ***Não existe assassino em série no Brasil: um olhar às representações midiáticas desses indivíduos***. 2022.
- MARTIN, Brett. ***Homens difíceis: os anti-heróis da TV e a revolução criativa que mudou a televisão americana***. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- MIRANDA, Danielle. ***O apelo do true crime e da necromídia***. Comunicação Midiática, 2024.
- MOREIRA, Ângela J.; SILVA, Kayo P.; SOUZA, Marcella P. S.; PARDI, Paulo Celso. ***Análise comportamental de assassinos em série: uma revisão de literatura***. Revista FAG Saúde, v. 2, n. 2, 2023.
- OLIVEIRA, Igor de. ***Serial killer: uma análise criminológica acerca da formação da mente desses criminosos***. Revista Fronteiras Interdisciplinares do Direito, v. 1, n. 1, 2024.
- PEREIRA, Lucas Andrade; ALMEIDA, Fernanda Ribeiro. ***Psicopatia na mídia: entre o estereótipo e a realidade científica***. Revista Psicologia e Sociedade, 2023.
- SALES, Ana Beatriz; DUTRA, Guaíra. ***Serial killers: criaturas atrozess ou pessoas feridas?*** Leitura Flutuante, São Paulo, v. 16, n. 1, 2024.
- SANTOS, Ricardo Alves; OLIVEIRA, Fernanda Souza. ***Psicopatia: uma análise contemporânea sob a perspectiva psicológica e social***. Psicologia e Saber Social, 2023. Disponível

em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/1831>. Acesso em: 1 abr. 2026.

SILVA, Rafael Gomes; SOUZA, Juliana Martins. ***Representações da psicopatia no cinema contemporâneo e seus impactos sociais***. Revista Brasileira de Psicologia, 2022.

VIEIRA, João Paulo; SILVA, Mariana Costa. ***Psicopatia e imputabilidade: dilemas éticos no sistema penal para indivíduos com transtorno de personalidade***. Revista CESREI, 2024. Disponível em: <https://www.cesrei.edu.br/repositorio/2024/12/23/psicopatia-e-imputabilidade-dilemas-eticos-no-sistema-penal-para-individuos-com-transtorno-de-personalidade/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

QUANDO O CUIDADO ADOECE: o limite entre o zelo e a manipulação da realidade da realidade na Síndrome de Munchausen

Anna Clara Costa de Paula Caetano
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
annaclara2020@icloud.com

Manuela Ribeiro Paulute
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
manupaulute@gmail.com

Paola Caetano de Carvalho
Graduanda Psicologia Uni-FACEF
paolacaetanodecarvalho@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF- Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A relação entre pais e filhos é, por natureza, estruturada pela promoção da proteção, da saúde e de um vínculo afetivo. Porém, em um contexto onde a dinâmica familiar se torna disfuncional esse zelo pode sofrer uma inversão patológica. Em vez de promover a independência e o bem estar da criança, o cuidador passa a atuar na manutenção da fragilidade, convertendo a vulnerabilidade do filho em um cenário para satisfazer suas próprias necessidades psicológicas; um exemplo disso é a Síndrome de Munchausen.

Atualmete a síndrome factícia imposta ao outro ou síndrome de Munchausen por procuração tem ganhado cada vez mais visibilidade, pois ela é um transtorno psicológico conhecida por sua forma grave de abuso infantil em que o cuidador (geralmente a mãe) falsifica, exagera ou induz sintomas físicos e psicológicos em pessoas sob seus cuidados para obter atenção ou algo que possa beneficia-lá. Um exemplo documentado desse transtorno é o caso de Gypsy Rose, que expõe como essa psicopatologia ocorre.

Esse assunto tem se tornado cada vez mais relevante na sociedade contemporânea, pois envolve temas delicados e necessários de serem discutidos, como a distorção do significado da maternidade, a manipulação de diagnósticos médicos e a utilização dos filhos como forma de suprir necessidades emocionais ou psicológicas dos próprios pais.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo articular as frequentes fraudes relacionadas a diagnósticos psicológicos. Além disso, busca-se refletir sobre os impactos físicos e psicológicos enfrentados pelas vítimas desse tipo de abuso, considerando os danos emocionais, sociais e comportamentais que podem surgir ao longo de suas vidas, especialmente em casos associados à Síndrome de Munchausen por Procuração.

Portanto, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica crítica, utilizando de artigos científicos e séries que abordam o tema proposto. Além disso, foram considerados critérios como relevância e pertinência, permitindo uma análise mais consistente e aprofundada, bem como a identificação de diferentes perspectivas e interpretações sobre o assunto.

2. ENTRE CUIDADO E CONTROLE: QUANDO O EXCESSO SE TORNA PATOLÓGICO

O assunto abordado a seguir, tem como objetivo, apresentar os direitos das crianças e dos adolescentes, além dos deveres dos pais ou responsáveis. Também busca mostrar como algumas patologias podem influenciar e até dificultar a relação entre pais e filhos, destacando a importância do cuidado, da compreensão e do apoio dentro da família.

Segundo Gomes (2001), a concepção atual do poder familiar tem como objetivo a educação e o desenvolvimento da personalidade do filho, valorizando uma criação baseada no afeto. Dessa forma, busca-se orientar os filhos para que se tornem indivíduos conscientes, capazes de se integrar à sociedade de maneira responsável, guiados por princípios éticos e morais. O poder parental, estabelecido pela Constituição, tem como objetivo não apenas a obrigação de educar, mas também a formação do filho como uma pessoa capaz de viver em sociedade.

De acordo com o art.5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (Brasil, 1990)

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das principais normas brasileiras voltadas à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Garante que esses indivíduos tenham seus direitos assegurados e sejam protegidos e respeitados. Dessa forma, essa lei busca garantir não apenas a proteção, mas também o desenvolvimento digno, com acesso à educação, à saúde e à convivência familiar. E isso não é dever apenas da família, mas também da sociedade e do Estado.

De acordo com Gil (1984), crianças e adultos que sofreram violência psicológica, física ou sexual tendem a apresentar dificuldades no estabelecimento de relações sociais, especialmente no que se refere à confiança, à autoproteção, à realização pessoal e à socialização, além de manifestarem problemas relacionados à baixa autoestima.

Esses comportamentos abusivos, que deixam sequelas profundas na vítima, podem ser identificados em uma condição ainda pouco conhecida: a Síndrome de Münchhausen por Procuração. Nela, o agressor manipula a realidade da vítima, induzindo doenças, forjando sintomas e submetendo-a a tratamentos desnecessários. Em termos simples, essa síndrome descreve um padrão em que o agressor manipula deliberadamente a percepção da realidade da vítima no que diz respeito à sua saúde. “Esta é uma forma extrema de abuso infantil associada à alta morbidade e mortalidade, que levam a sequelas psicológicas irreparáveis” (Carolina, 2013, p.12)

De acordo com (Prado, 2025) Inicialmente, é importante diferenciar que a síndrome pode ser identificada de duas formas: a primeira ocorre quando o indivíduo simula sintomas de doença em si mesmo SM; a segunda ocorre quando a pessoa com a síndrome submete outra a essa condição SMPP, sendo geralmente alguém que depende do cuidador, como acontece com mais frequência em casos envolvendo crianças.

Na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), a expressão “Síndrome de Munchausen” passou a ser

denominada “Transtorno Factício”, conforme descrito por Franco (2020). Nessa edição, também foram estabelecidas duas classificações: “Transtorno Factício Autoimposto” e “Transtorno Factício Imposto a Outro”. Segundo o manual (DSM-V, 2014, p. 311), pessoas com esse transtorno apresentam sintomas físicos e acreditam estar realmente doentes. O transtorno factício está incluído na categoria dos “transtornos de sintomas somáticos e transtornos relacionados”. Entretanto, como destacam Rodrigues et al. (2016), o DSM-V prioriza o diagnóstico, ou seja, a identificação de sinais e sintomas sem oferecer orientações mais aprofundadas sobre o tratamento.

O curso normal da doença parece ser um de episódios intermitentes, embora episódios únicos, bem como episódios crônicos e ininterruptos também sejam relatados. A recuperação a longo prazo do transtorno factício pode ocorrer, mas parece ser rara. O transtorno factício ocorre mais frequentemente em mulheres, indivíduos solteiros, profissionais de saúde (antigos ou presentes), história psiquiátrica passada, conflito familiar (por exemplo, abuso ou divórcio dos pais). Outros fatores de risco para transtorno factício incluem idade, 40 anos, história de trauma e história psiquiátrica familiar (Bass e Glaser, 2014; Kozłowska 2014, p. 3).

A condição se manifesta por meio de episódios intermitentes, nos quais o indivíduo alterna períodos de comportamento estável com crises de simulação ou indução de sintomas. No entanto, não é incomum observar casos de episódios únicos ou, no extremo oposto, quadros crônicos e ininterruptos, onde a vida da pessoa passa a ser voltada permanentemente em torno de hospitais e cuidados médicos. Infelizmente, a literatura médica indica que a recuperação plena e de longo prazo é considerada rara, muitas vezes devido à resistência do paciente em reconhecer a origem psicológica de suas queixas físicas.

Kaplan e Sadock (1999) apontam que alguns indivíduos que passaram por experiências traumáticas podem enxergar a internação hospitalar como uma forma de escapar dessas vivências. Nesse contexto, a atenção e o cuidado oferecidos pelos profissionais de saúde contrastam com a percepção negativa que têm de seus pais, vistos como incapazes de estabelecer vínculos afetivos. Dessa forma, o relacionamento com a equipe médica pode representar uma tentativa de reconstruir um vínculo parental positivo, ainda que marcado pela busca de aceitação e afeto por meio da doença factícia.

Braga (2007) e Moura (2000) indicam que há consenso sobre as consequências psicológicas associadas, como alterações nos hábitos alimentares, incluindo anorexia e bulimia e, problemas comportamentais, semelhantes aos observados em outras formas de violência. Além disso, a vivência com a patologia pode levar a vítima a naturalizar esse modo de vida. Em idade escolar, essas pessoas também são prejudicadas pela perda de interação social e de aprendizagem em razão das hospitalizações frequentes, e algumas podem levar esse padrão para a adolescência ou vida adulta, continuando a produzir sintomas e desenvolvendo o transtorno factício.

Em conclusão, a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes depende de uma atuação conjunta entre família, sociedade e Estado, pautada no cuidado, na responsabilidade e no afeto, assegurando um desenvolvimento saudável e digno. Além disso, a compreensão de transtornos como o transtorno factício imposto a outro evidencia a complexidade das relações familiares e reforça a importância da identificação precoce de sinais de abuso, bem como da intervenção de profissionais capacitados. Assim, promover um ambiente seguro e acolhedor é fundamental para prevenir violações de direitos e contribuir para a formação de indivíduos equilibrados e preparados para a vida em sociedade.

3. O ABUSO PSICOLÓGICO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO CASO GYPSY ROSE BLANCHARD

O caso Gypsy ilustra de forma visceral o abuso psicológico intrafamiliar, materializado através da Síndrome de Munchausen por Procuração. Conforme definido pela literatura jurídica e psicológica, esse tipo de abuso se caracteriza quando um membro do círculo familiar, no caso da obra, a mãe, rejeita, humilha, ignora, terroriza ou corrompe a pessoa em desenvolvimento com quem possui contato diário.

[..] Art. 132 – Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:
Pena – detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave (Vademecum, 2017, p. 543).

De acordo com (Azevedo; Guerra, 2011 *apud* Pinto, 2021, p. 5) O abuso psicológico intrafamiliar ocorre quando um parente próximo, como pais, avós,

tios, irmãos ou primos, que convive diariamente com a criança ou o adolescente, pratica atos de rejeição, humilhação, desprezo, terrorismo psicológico ou corrupção contra o menor.

Diferente de outros crimes que exigem um dano efetivo, como a lesão corporal ou o homicídio, este dispositivo foca na conduta de risco, punindo o agente pelo simples fato de colocar a vítima em uma situação de vulnerabilidade real e imediata. Trata-se de um crime subsidiário, o que significa que ele só é aplicado quando a ação não resulta em um crime mais grave; caso a intenção do autor seja efetivamente ferir ou matar, a tipificação muda para as formas tentadas desses delitos.

Segundo (Kettler, 2023) Gypsy Rose Blanchard, Nascida em 1991, foi vítima de décadas de abusos médicos inventados por sua mãe, Dee Dee. Desde a infância, Dee Dee falsificou diagnósticos graves para a filha, como leucemia, distrofia muscular e apneia, forçando-a a usar cadeira de rodas, sonda alimentar e diversos medicamentos desnecessários. As intervenções chegaram a extremos, incluindo cirurgias oculares, a remoção de glândulas salivares e a extração total de seus dentes. Na realidade, Gypsy era saudável e sua careca era mantida pela mãe. Especialistas apontam que Dee Dee sofria de Síndrome de Munchausen por Procuração, buscando atenção e simpatia através das doenças fingidas da filha. O caso só foi descoberto em 2015, após Gypsy planejar o assassinato da mãe com a ajuda de um namorado virtual para escapar dos abusos.

Gypsy Rose Blanchard é uma mulher americana que foi condenada pelo assassinato de sua mãe, Dee Dee Blanchard, em 2015. O caso chamou a atenção nacional porque foi revelado que Dee Dee havia falsificado doenças em Gypsy e a apresentava, a despeito de evidências contraditórias, como uma criança cronicamente doente, num clássico caso de Síndrome de Münchhausen por Procuração. (Pasquali, 2023, p.40)

No dia 10 de junho de 2015, em Springfield (EUA), um post bizarro repercutiu no Facebook, indicando que um crime havia sido cometido. O que parecia um ataque de hackers revelou algo muito pior. Quatro dias depois, em 14 de junho, a polícia encontrou o corpo da mulher. A investigação do crime revelou detalhes sobre a vida de Gypsy Rose Blanchard, filha de Claudine Pitre Blanchard (conhecida como Dee Dee), cujo assassinato ela preparou. Era uma farsa construída através da Síndrome de Munchausen por Procuração.

Mãe, Claudine Blanchard, chamada de Dee Dee Blanchard, foi assassinada pelo namorado da Gypsy, Nicholas Godejohn, em 14 de junho de 2015, em Greene County, Missouri, EUA, em colaboração com a própria Gypsy, em plano arquitetado e executado por ambos. (Pasquali, 2023, p.42)

Durante anos, Dee Dee submeteu a filha a tratamentos médicos desnecessários, cirurgias invasivas e ao uso constante de uma cadeira de rodas, convencendo o mundo e a própria garota, de que a jovem sofria de doenças crônicas graves. O assassinato de Dee Dee, organizado por Gypsy e seu namorado, não foi apenas um ato de violência, mas o desfecho trágico de um "cativeiro clínico", onde a busca por controle e simpatia social por parte da mãe destruiu qualquer possibilidade de um desenvolvimento saudável.

Se perguntada sobre os diagnósticos de Gypsy, Dee Dee desfiava uma lista: defeitos cromossômicos, distrofia muscular, epilepsia, asma grave, apneia do sono, problemas oculares, leucemia quando criança. (Pasquali, 2023, p.42)

A lista de enfermidades forjadas por Dee Dee, que incluía de epilepsia a leucemia, encarcerou Gypsy Rose em uma narrativa de invalidez total. Esse histórico de diagnósticos falsos atrofiou a autonomia da jovem, tornando o "voltar ao normal" um processo traumático. Além da recuperação física após anos de medicações desnecessárias, Gypsy enfrenta o desafio de reconstruir sua identidade e aprender a viver em liberdade, desvinculada do papel de doente imposto pelo abuso materno.

De acordo (O Globo, 2023) após matar a mãe, Gypsy alegou que sofria abuso mental e físico, e que estava seria submetida a outra cirurgia desnecessária. Toda a história do crime e também o que o motivou era tão inacreditável que parecia roteiro de ficção. Os eventos mais tarde inspiraram a minissérie "The Act" de 2019 da Hulu, estrelada por Joey King como Gypsy Blanchard e Patricia Arquette como Dee Dee, que acabou ganhando um Emmy e um Globo de Ouro.

Gypsy Rose Blanchard deixou a prisão no dia 28 de dezembro de 2023. Ela obteve liberdade condicional após cumprir cerca de 85% da pena total de 10 anos, o que corresponde a aproximadamente 8 anos em regime fechado, por seu envolvimento no assassinato de sua mãe, Dee Dee Blanchard, ocorrido em 2015. (Cnn, 2023)

O caso chamou atenção mundial por envolver uma dinâmica familiar extremamente abusiva, em que a filha foi submetida por anos a falsas condições de

saúde impostas pela própria mãe. Esse histórico influenciou diretamente a forma como a Justiça analisou o crime, levando em consideração o contexto psicológico e emocional vivido por ela. A situação também gerou debates amplos sobre transtornos como a síndrome de Münchausen por procuração, além de levantar questões sobre os limites da responsabilidade criminal em cenários de abuso prolongado. Com a repercussão renovada após sua saída da prisão, o tema voltou a ser discutido tanto na mídia quanto entre especialistas, principalmente em relação às consequências de relações familiares disfuncionais e à importância de identificar sinais de abuso.

Em síntese, o caso de Gypsy Rose Blanchard evidencia a gravidade do abuso psicológico intrafamiliar associado à Síndrome de Münchausen por Procuração, destacando como esse tipo de violência pode comprometer profundamente o desenvolvimento da vítima e levá-la a situações extremas. Além disso, reforça a necessidade de maior atenção por parte da sociedade e das instituições na identificação precoce desses abusos, bem como uma atuação conjunta entre áreas jurídica e psicológica para prevenção e proteção de indivíduos em contextos familiares disfuncionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi articular as fraudes relacionadas a diagnósticos psicológicos, especialmente ligados a Síndrome de Münchausen por Procuração, compreendendo suas características, formas de manifestação e, principalmente, as consequências psicológicas, sociais e comportamentais para as vítimas. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar que essa condição representa uma forma grave de abuso infantil, muitas vezes silenciosa e de difícil detecção, o que reforça a necessidade de maior atenção por parte de profissionais da saúde, educação e da sociedade em geral. Ademais, a série *The Act* possibilitou a análise da manifestação da síndrome no contexto familiar, com ênfase no vínculo estabelecido entre mãe e filho.

Em relação aos prognósticos, observa-se que os impactos dessa síndrome tendem a ser profundos e duradouros, podendo comprometer o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das vítimas. Em muitos casos, há

dificuldades na construção de vínculos afetivos, baixa autoestima e até a reprodução de padrões disfuncionais na vida adulta. Além disso, a recuperação completa é considerada rara por causa dos traumas, especialmente quando não há intervenção precoce e adequada.

No desenvolvimento deste trabalho, algumas dificuldades foram identificadas, como a escassez de materiais específicos e atualizados sobre o tema, bem como a complexidade em abordar uma problemática que envolve aspectos psicológicos, familiares e sociais. Outro desafio refere-se à limitação de estudos que apresentem estratégias eficazes de intervenção e tratamento, o que evidencia a necessidade de maior aprofundamento científico na área.

Diante disso, sugere-se que futuras pesquisas explorem de forma mais detalhada os mecanismos de diagnóstico precoce, estratégias de intervenção multidisciplinar e formas de apoio às vítimas. Também é importante ampliar estudos que investiguem o papel das instituições escolares e dos profissionais da saúde na identificação e prevenção desses casos, contribuindo para a proteção e o desenvolvimento saudável das crianças.

Por fim, ressalta-se a importância de promover discussões sobre o tema, visando não apenas a conscientização, mas também a construção de práticas que garantam os direitos das crianças e adolescentes, conforme previsto em lei, assegurando seu bem-estar físico e psicológico.

REFERÊNCIAS

ASSIS S G. AVANCI J Q. Abuso psicológico e o desenvolvimento infantil. In: Brasil. Ministério da Saúde. Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2004. p.59-67.

ASHER R. Munchausen's syndrome. The Lancet. 1951 feb: 339-341.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Violência psicológica doméstica: vozes da juventude. São Paulo: Editora, 2001.

BRAGA, M.S. Um estudo teórico sobre a síndrome de Munchhausen por procuração. Monografia (para obtenção do Título de Especialista em Psicologia Clínica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BASS, C.; GLASER, D. Early recognition and management of fabricated or induced illness in children. *The Lancet*, [s. l.], v. 383, p. 1412-1421, 2014.

BASTOS, Nicolý. Gypsy Rose Blanchard é solta após 8 anos de prisão por assassinato da mãe. *CNN Brasil*, 28 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/gypsy-rose-blanchard-e-solta-apos-7-anos-de-prisao-por-assassinato-da-mae/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

FONTOURA, Gabriela Prado da. Concepções de profissionais da psicologia e da medicina acerca da Síndrome de Munchausen e sua variação. 2025. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025.

GONÇALVES, Izabela Machado et al. O transtorno factício das síndromes de Munchausen e síndrome de Munchausen por Procuração: uma revisão narrativa de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 11, p. e9072, nov. 2021.

NANDA Internacional. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA: definições e classificação 2009-2011. Porto Alegre: Artmed;2010.

PASQUALI, Tatiana de Carvalho. Imputabilidade e Dolo na Síndrome de Münchhausen por Procuração: Uma Interface entre o Direito Penal e a Psiquiatria. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

PINTO, Larissa Silva. Abuso psicológico infantil intrafamiliar: estudo sobre a violência psicológica sofrida por crianças e adolescentes no ambiente familiar à luz da doutrina da proteção integral. 2014. 61 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

ZIBELL, Yohanna Cunha; ANGELI, Gustavo; BENEVENUTI, Jeisa. The Act e a Síndrome de Munchausen: ensaios sobre a maternidade, fetichismo e a perversão feminina a partir da psicanálise. *Revista da UNIFEBE, Brusque*, n. 26, p. 291-312, 2022. ISSN 1679-8708.

SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA: a escola como espaço para promoção de bem-estar emocional

Maísa Loren Teodoro de Souza
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
maisalorent@gmail.com

Adriana Aparecida Silvestre Gera-Ribeiro
Mestre em Psicologia – Uni-FACEF
dricaasg@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A adolescência constitui um período do desenvolvimento humano caracterizado por profundas mudanças biológicas, emocionais e relacionais, tornando-se uma etapa especialmente sensível e propensa ao surgimento de sofrimentos psicológicos. Estudos apontam o aumento de quadros como depressão, ansiedade e ideação suicida entre adolescentes, o que evidencia a relevância de discutir a saúde mental nessa etapa da vida (Papalia; Feldman, 2013). Diante disso, torna-se fundamental compreender os contextos do desenvolvimento do adolescente e as possibilidades de promoção de cuidado e prevenção em saúde mental.

Entre esses contextos, a escola ocupa um lugar importante por se constituir como espaço de convivência cotidiana, construção de vínculos e desenvolvimento subjetivo. Assim, para além da função pedagógica, o ambiente escolar influencia diretamente o bem-estar emocional dos estudantes, podendo tanto favorecer processos de fortalecimento psíquico quanto intensificar dificuldades emocionais. Silva *et al.* (2019) indicam que problemas relacionados à saúde mental no contexto escolar impactam o rendimento acadêmico, as relações interpessoais e a permanência dos adolescentes na escola, estando associados à evasão escolar e às dificuldades emocionais persistentes.

Nesse contexto, este estudo parte da seguinte problematização: de que maneira a escola pode se constituir como um espaço de diálogo, escuta e acolhimento na promoção da saúde mental de adolescentes matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, considerando suas vivências, percepções e necessidades? A partir desse olhar, a presença e a atuação do psicólogo escolar

tornam-se relevantes, sobretudo diante da necessidade de práticas institucionais voltadas à promoção do bem-estar emocional e à construção de espaços coletivos de reflexão.

Assim, o objetivo geral deste artigo é favorecer reflexões sobre a importância de dialogar e promover ações voltadas para a saúde mental de jovens estudantes dentro do ambiente escolar. Como objetivos específicos, busca-se identificar pontos importantes acerca de saúde mental e sofrimento psíquico na adolescência; compreender o papel da escola no que diz respeito ao acolhimento e diálogo com os alunos; e refletir sobre possibilidades de intervenção e atuação do psicólogo escolar na promoção do bem-estar emocional. Quanto à metodologia, utilizou-se uma revisão bibliográfica da literatura sobre a temática de saúde mental na adolescência, tendo a escola como um espaço para promoção do bem-estar emocional.

Dessa forma, o trabalho organiza-se em capítulos que abordam, inicialmente, os fundamentos teóricos sobre saúde mental na adolescência, e em seguida, a relação entre escola, promoção de saúde mental e o papel do psicólogo escolar. Espera-se que este estudo contribua para fortalecer a compreensão da escola como espaço para cuidado, diálogo e formação integral, ampliando as discussões sobre práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento humano em sua totalidade.

2. ADOLESCÊNCIA E SAÚDE MENTAL

A adolescência é compreendida como um período do desenvolvimento humano, caracterizado por profundas mudanças de ordem biopsicossocial que impactam na forma como a pessoa se percebe e se relaciona com o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), esse período compreende a faixa etária dos 10 aos 19 anos, sendo caracterizado por processos significativos de construção da identidade, autonomia e pertencimento social (OMS, s.d.). No contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) delimita a adolescência entre os 12 e os 18 anos de idade, estabelecendo diretrizes legais voltadas à proteção integral dessa faixa etária (Brasil, 1990).

Assim, a saúde mental compreende diferentes dimensões do ser humano, não se restringindo apenas ao bem-estar psicológico, mas englobando também os aspectos biológicos e sociais. Quanto ao equilíbrio psicológico, esse refere-se à capacidade do indivíduo de se manter emocionalmente estável, lidar de forma saudável com preocupações e desafios, tomar decisões de maneira consciente, reconhecer suas emoções e identificar suas qualidades e potencialidades.

No aspecto biológico, o cuidado com o corpo, por meio de uma alimentação adequada, da prática regular de exercícios físicos e da vivência de momentos de lazer, contribui significativamente para o bem-estar geral. Já no âmbito social, considera-se que o ser humano é um ser relacional, por isso, conviver, estabelecer vínculos, criar conexões e manter relações interpessoais saudáveis são fatores fundamentais para a promoção da saúde mental (Brasil, 2025).

Na adolescência, a saúde mental torna-se um tema de extrema relevância e que sempre demanda atenção, por ser um período de transição da infância para a vida adulta que acarreta muitas transformações. Diante dessas mudanças, os adolescentes podem vivenciar inseguranças, conflitos internos, dificuldades de pertencimento e desafios na construção da identidade. Nesse contexto, falar sobre saúde mental é essencial para favorecer o autoconhecimento, a expressão de sentimentos e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, além de possibilitar a identificação de sofrimentos psíquicos.

Por isso, promover espaços de diálogo e acolhimento contribui para a prevenção de agravos, para a redução de estigmas e para o fortalecimento de recursos emocionais, favorecendo um desenvolvimento mais saudável e equilibrado nessa etapa tão significativa da vida.

Em relação aos resultados, as publicações das diversas áreas indicaram que a demanda em saúde mental na adolescência é uma questão importante. Essa faixa etária além de constituir-se como uma grande parcela da população que procura atendimento, é identificada como um grupo etário vulnerável e de risco em todas as categorias – depressão, transtornos de conduta, transtornos alimentares, drogas e violência. Portanto, a grande demanda por atendimento e a diversidade das situações clínicas afetando os jovens são pontos fundamentais para o desenvolvimento de ações em saúde mental (Benetti *et al.*, 2007, p. 1278).

Dessa forma, muitos jovens sofrem com a questão de não terem com quem compartilhar seus sofrimentos e os problemas que enfrentam, por isso acreditam que precisam lidar com suas angústias e pensamentos sem apoio. Segundo Rossi (2019, p. 8) “os jovens refletem seus valores e reproduzem a ideia de que necessitam sanar suas próprias angústias [...], de forma solitária e com uma urgência, por vezes, fatal”. Isso evidencia que na nossa sociedade é comum uma visão individual do sofrimento principalmente do adolescente, entendendo essa fase como problemática e rebelde, fazendo com que esse pensamento contribua ainda mais com a banalização do sofrimento psíquico e com a distorção de necessidades de intervenções em saúde mental, podendo muitas vezes influenciar para o aumento da patologização em jovens.

Como quadro clínico, a depressão na adolescência ocorre três vezes mais frequentemente entre os jovens do que entre os adultos, cerca de 15 a 50%, e associada a diferentes comorbidades. Entretanto, as manifestações clínicas mascaram-se por características comportamentais da fase, como agressividade, alterações do humor e sono. Assim, o diagnóstico e a identificação específica da depressão tornaram-se uma questão básica no atendimento de saúde dos jovens, orientados por uma perspectiva multiprofissional. As causas da depressão incluíram abordagens contextuais que destacaram o pouco suporte familiar, o papel dos eventos negativos de vida, as alterações neuropsicológicas e as mudanças psíquicas internas próprias da fase relacionadas às manifestações contemporâneas da cultura (Benetti *et al.*, 2007, p. 1276).

Além disso, a depressão representa uma mudança no modo de funcionamento da pessoa causada por um humor deprimido, pela perda de interesse ou prazer nas atividades na maior parte do dia ou quase todos os dias, afetando de forma significativa no peso, no sono, na perda de energia e na capacidade cognitiva de atenção ou concentração, além de poder ser acompanhada de ideações suicidas. Entre os adolescentes, o índice de depressão se torna ainda mais frequente devido às inúmeras mudanças vivenciadas no corpo, à intensa busca pela identidade, à construção da autoestima e do autoconceito. As novas exigências e responsabilidades são fatores que impactam diretamente no humor fazendo com que esta fase se torne mais frágil e suscetível para o desenvolvimento de transtornos psicológicos se não houver um devido cuidado e atenção (Carvalho; Seixas; Gouvêa, 2025).

Segundo Papalia e Feldman (2013, p. 402), “uma das razões por que a depressão precisa ser levada a sério é o perigo de suicídio”. A depressão na

adolescência pode apresentar manifestações distintas daquelas observadas na vida adulta, nem sempre sendo identificada a partir da tristeza evidente, pois, em jovens, esse quadro pode se expressar por meio de irritabilidade, apatia, tédio constante ou dificuldade em sentir prazer, o que muitas vezes dificulta seu reconhecimento.

Portanto, é fundamental estar atento a esses sinais, pois neles estão os riscos associados ao comportamento suicida, que torna esse sofrimento psíquico uma questão de extrema gravidade. Entre os indicativos que podem sinalizar a presença de depressão em adolescentes, destacam-se as alterações na autoestima, os comportamentos agressivos, o afastamento do convívio social, a queda no rendimento escolar, o envolvimento com álcool e outras substâncias, além de pensamentos recorrentes sobre morte, ideação suicida e, em casos mais graves, tentativas de suicídio.

Dados recentes reforçam a gravidade desse contexto, como o relatório *Prevención de la Conducta Suicida*, elaborado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que aponta o suicídio como a terceira principal causa de morte entre adolescentes de 10 a 19 anos em alguns dos principais países das Américas, além de ocupar a segunda posição entre jovens de 15 a 19 anos em nível mundial. Esses dados evidenciam a urgência de se ampliar o olhar para a saúde mental na adolescência, reconhecendo a importância de ações preventivas, de promoção do cuidado emocional e da criação de espaços de escuta e acolhimento, especialmente em contextos como o escolar, onde os adolescentes vivenciam grande parte de suas experiências cotidianas (Rossi, 2019).

Além disso, a rede de apoio desempenha um papel fundamental na promoção e proteção da saúde mental de adolescentes, sendo a família um dos principais pilares de suporte emocional nesse período do desenvolvimento. O relacionamento familiar, independentemente do contexto cultural, exerce influência significativa na estruturação psíquica do indivíduo, contribuindo para a construção da autoestima, da segurança emocional e das formas de enfrentamento diante das adversidades. Relações familiares marcadas pelo diálogo, pelo afeto e pela escuta favorecem o desenvolvimento saudável, enquanto contextos de negligência, violência ou ausência de suporte podem intensificar o sofrimento emocional. Além da

família, a escola, os pares e os serviços de saúde compõem essa rede de apoio, podendo funcionar como espaços de acolhimento, identificação de sinais de sofrimento e encaminhamento adequado quando necessário (Avanci *et al.*, 2007).

No que se refere às políticas públicas de saúde mental voltadas para adolescentes, observa-se que, historicamente, as ações no Brasil foram marcadas por processos de omissão, exclusão e práticas centradas na institucionalização, especialmente no cuidado destinado a crianças e adolescentes. Embora avanços tenham ocorrido a partir da promulgação do ECA e da implementação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSij), a produção científica e as estratégias de cuidado voltadas especificamente à saúde mental do adolescente ainda se mostram insuficientes (Rossi, 2019).

Conforme apontam Benetti *et al.* (2007), há uma necessidade urgente de maior investimento em ações de intervenção e prevenção, uma vez que as iniciativas existentes não dão conta da complexidade e da amplitude das demandas apresentadas por essa população. Apesar do crescimento dos estudos na área, estes ainda são poucos, sobretudo quando se considera a adolescência como uma fase com especificidades próprias.

Contudo, entende-se que a adolescência por ser uma etapa marcada por vulnerabilidades, exige um olhar atento e integrado para a promoção da saúde mental. As definições sobre a adolescência, os dados alarmantes relacionados ao sofrimento psíquico e ao comportamento suicida, as manifestações da depressão nessa fase, bem como a importância das redes de apoio e das políticas públicas, mostram a complexidade desse período do desenvolvimento (Rossi, 2019).

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de ações preventivas e de promoção da saúde mental que considerem o adolescente em sua integralidade, articulando família, escola e serviços de saúde. A escola, enquanto espaço privilegiado de convivência e desenvolvimento, apresenta-se como um contexto estratégico para a construção de práticas de acolhimento, escuta e diálogo, reforçando seu papel fundamental na promoção do bem-estar emocional e no fortalecimento de estratégias de cuidado voltadas à adolescência.

3. SAÚDE MENTAL E ESCOLA

A escola é um dos espaços centrais de convivência, crescimento e interação social de crianças e adolescentes. Mais do que um local destinado à construção de conhecimento e otimização do processo aprendizagem-ensino, o contexto escolar exerce influência significativa sobre o bem-estar emocional dos estudantes, suas relações interpessoais e o processo de construção de sua identidade. Diante disso, a atuação do psicólogo escolar assume papel fundamental, ao contribuir para a promoção da saúde mental, a prevenção de agravos e a construção de espaços de escuta, acolhimento e reflexão, articulando ações junto aos alunos, à equipe escolar e às famílias.

3.1 Promoção de saúde mental no contexto escolar

Quando se fala sobre saúde mental no contexto escolar, é necessário compreender a escola como um espaço que vai além da produção de conhecimentos acadêmicos, assumindo também a responsabilidade pelo desenvolvimento emocional e relacional dos estudantes. A vivência escolar envolve interações constantes, desafios cotidianos, construção de vínculos e experiências que impactam diretamente a saúde psicológica dos alunos.

Dessa forma, a promoção da saúde mental na escola está ligada à criação de ambientes seguros, acolhedores e sensíveis às singularidades de cada aluno, onde eles possam expressar sentimentos, desenvolver habilidades socioemocionais e se fortalecerem emocionalmente para lidar com as dificuldades próprias da fase da adolescência.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de uma educação integral, ao reconhecer o estudante como um sujeito biopsicossocial, cuja formação não se limita à dimensão cognitiva. A BNCC também propõe o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, responsabilidade, autoconhecimento e cooperação, elementos diretamente relacionados à promoção da saúde mental no ambiente escolar (Brasil, 2018).

O objetivo da escola não deve ser apenas um lugar onde se produz educação e conhecimento de forma eficaz, mas um lugar onde exista interesse e que haja saúde de todos os seus membros. A educação em

saúde na escola dar-se mediante o processo onde a busca é colaborar na formação de um pensamento crítico do estudante, que tenha como resultado a aquisição de práticas que visem promover, manter e recuperar a própria saúde (Silva *et. al.*, 2019, p. 135).

Além de contribuir como um espaço para promoção de saúde mental, a escola também age no combate de problemas que a sociedade como um todo enfrenta e que acaba impactando a vida de adolescentes, como a violência física e psicológica. Segundo Avanci *et al.* (2007), a violência psicológica infelizmente se tornou uma forma de se relacionar na atual sociedade, incluindo de maneira significativa a educação de crianças e adolescentes. Através de uma pesquisa feita pelo autor pode-se perceber que quase metade dos adolescentes entrevistados relataram sofrer essa forma de violência de pessoas importantes em suas vidas. Esse fato impacta diretamente no desenvolvimento de questões psicológicas como a autoestima, o comportamento inadequado ou agressivo, a capacidade de resiliência e paciência e as relações interpessoais, onde todas essas questões terão influências na vida adulta.

Atualmente, observa-se que os problemas relacionados à saúde mental no ambiente escolar têm assumido proporções preocupantes, impactando de forma significativa a trajetória educacional de adolescentes e jovens. Estudos apontam que estudantes de ambos os sexos vêm sendo afetados por diferentes transtornos mentais, os quais se refletem, com frequência, em dificuldades no desempenho escolar. Nesse sentido, Silva *et al.* (2019, p. 137) destacam que esses problemas estão associados a fatores como “envolvimento com problemas legais, evasão escolar e estudantes com algum tipo de dificuldade emocional”, contrariando a expectativa de que o baixo rendimento esteja restrito apenas a questões pedagógicas.

Contudo, para que haja um bem-estar emocional dos estudantes, criando condições favoráveis para o aprendizado, convivência e desenvolvimento saudável, é importante que os profissionais do ambiente escolar como os diretores, coordenadores, professores, inspetores e demais funcionários da escola façam parte dessa mudança e contribuam em suas ações para com os alunos, tendo em mente o mesmo objetivo. Avanci *et al.* (2007) pontuam também:

a necessidade de os profissionais de saúde e de educação estarem sensibilizados e preparados para lidarem com aspectos emocionais dos

indivíduos, adotando estratégias preventivas e promotoras de saúde. Sem dúvida que uma abordagem dessa natureza pode assumir um poder multiplicador, prevenindo também outros agravos à saúde e minimizando difíceis e graves consequências à saúde até a vida adulta (Avanci *et al.*, 2007, p. 292).

Portanto, discutir a saúde mental no contexto escolar implica reconhecer a escola como um espaço fundamental para a promoção do bem-estar emocional e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Conforme evidenciado, o ambiente escolar exerce influência direta sobre a construção de vínculos, a formação socioemocional e o enfrentamento de situações de sofrimento psíquico, o que reforça a importância de práticas educativas alinhadas às diretrizes da educação integral propostas pela BNCC.

3.2 Papel do psicólogo escolar

O psicólogo escolar desempenha um papel fundamental no contexto educacional, uma vez que contribui para a compreensão e intervenção sobre os processos psicológicos que se fazem presentes nas relações, sobre as práticas pedagógicas e o desenvolvimento dos alunos. Sua atuação vai além do atendimento individualizado, pois envolve ações preventivas, promotoras de saúde mental e mediadoras das demandas do ambiente escolar. Nesse sentido, o psicólogo escolar atua de forma articulada com alunos, professores, gestores e famílias, favorecendo a construção de ambientes mais acolhedores e reflexivos, além de colaborar para a promoção do bem-estar emocional e do desenvolvimento integral no espaço educacional.

No âmbito da promoção da saúde mental, o psicólogo escolar atua de forma preventiva e coletiva, considerando o contexto educacional em sua complexidade e as relações que se estabelecem na rotina escolar. Sua prática envolve a criação de espaços de escuta, diálogo e reflexão, além do desenvolvimento de ações que favoreçam o fortalecimento das habilidades socioemocionais e dos vínculos interpessoais. Dessa maneira, Viana e Francischini (2016, p. 19) ressaltam que a atuação do psicólogo escolar deve ir além de intervenções pontuais, compreendendo a escola como um espaço relacional, uma

vez que “o foco do trabalho não deve ser o aluno isoladamente, mas as relações que se constroem no contexto educativo”.

Além disso, a atuação do psicólogo escolar encontra respaldo nas políticas públicas educacionais e de saúde mental, especialmente com a promulgação da Lei nº 13.935/2019 que assegura a inserção de profissionais de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Essa legislação reconhece a importância desses profissionais no enfrentamento das demandas emocionais e sociais presentes no contexto escolar ao possibilitar ações voltadas à prevenção do sofrimento psíquico e à promoção do bem-estar.

Segundo a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, o sujeito se constitui nas relações sociais e nos contextos históricos e culturais em que está inserido. Nessa abordagem, as dificuldades de aprendizagem e os desafios vivenciados no ambiente escolar não podem ser analisados de forma isolada ou individualizante, mas precisam ser compreendidos a partir das mediações estabelecidas na escola e nas interações que nela ocorrem. Portanto, o psicólogo escolar deve assumir um papel preventivo atuando na promoção de questões de desenvolvimento e de práticas educativas, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais reflexivo, crítico e inclusivo (Marinho-Araújo, 2016).

Oliveira, Ramos e Souza (2020) discutem sobre a parceria crítica como possibilidade de atuação em Psicologia Escolar, destacando a importância do trabalho colaborativo entre psicólogo, professores e demais profissionais da escola. As autoras ressaltam que a prática do psicólogo não deve se restringir ao atendimento individual de alunos, mas envolver a participação ativa da equipe nas discussões pedagógicas, na construção coletiva de estratégias e na problematização das demandas da instituição. Com isso, buscando também superar práticas medicalizantes e encaminhamentos automáticos, promovendo uma atuação comprometida com a reflexão, o diálogo e a corresponsabilidade no enfrentamento das questões educacionais (Oliveira; Ramos; Souza, 2020).

A intervenção do Psicólogo Escolar e Educacional no espaço escolar é importante para promover um ambiente educacional ativo e interativo. A presença desse profissional contribui para diversas áreas fundamentais do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, bem como para desenvolver um trabalho multidisciplinar,

para alinhar o trabalho pedagógico e promover o suporte aos professores e comunidade escolar (Santos; Bonfim; Nascimento, 2025, p. 7).

Para que essa atuação seja efetiva, é fundamental que o psicólogo esteja inserido e comprometido com o contexto escolar, possuindo conhecimento sobre os aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais da população atendida, de modo a compreender as singularidades e demandas que atravessam o cotidiano escolar. Além disso, o psicólogo escolar desempenha um papel relevante na identificação e intervenção de questões emocionais e comportamentais, podendo reconhecer dificuldades emocionais, transtornos de aprendizagem e problemas de comportamento, contribuindo para a promoção do bem-estar psicológico e para a prevenção de agravos mais complexos no percurso escolar dos alunos (Santos; Bonfim; Nascimento, 2025).

Dessa forma, a atuação do psicólogo escolar mostra-se indispensável para a construção de práticas educativas mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a saúde mental no ambiente escolar. Ao se integrar à equipe pedagógica e compreender o contexto sociocultural dos estudantes, esse profissional amplia as possibilidades de cuidado, prevenção e promoção do bem-estar emocional. Assim, o psicólogo escolar não apenas contribui para o enfrentamento das dificuldades presentes no cotidiano educacional, mas também fortalece a escola como um espaço de acolhimento, desenvolvimento humano e formação integral, alinhado às demandas contemporâneas da educação e da saúde mental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas, evidencia-se que a adolescência constitui um período marcado por intensas transformações e vulnerabilidades, o que torna a saúde mental um aspecto central a ser considerado no desenvolvimento integral dos sujeitos. Os dados e reflexões teóricas analisados ao longo deste estudo reforçam o quanto o sofrimento psíquico entre adolescentes se faz presente na atualidade, bem como todos os fatores que fazem parte dessa realidade, incluindo aspectos individuais, familiares, sociais e culturais.

Diante disso, a escola se destaca como um espaço privilegiado para a promoção da saúde mental, por ser um ambiente de convivência cotidiana, construção de vínculos e desenvolvimento em todos os aspectos. Ao ultrapassar sua função somente pedagógica, a instituição escolar passa a assumir também um papel fundamental na criação de ambientes acolhedores, capazes de favorecer o diálogo, a escuta e o fortalecimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Assim, a promoção da saúde mental no contexto escolar não deve ser compreendida como uma ação pontual, mas como um compromisso contínuo com a formação integral dos alunos.

A atuação do psicólogo escolar, nesse contexto, mostra-se essencial, especialmente quando realizada uma forma preventiva, coletiva e contextualizada. Ao trabalhar de forma articulada com a equipe escolar, famílias e estudantes, esse profissional contribui para a construção de práticas mais sensíveis às demandas emocionais, além de favorecer processos de reflexão crítica e de enfrentamento das dificuldades presentes no cotidiano educacional, sendo assim, sua inserção na escola amplia as possibilidades de cuidado e fortalece estratégias de promoção do bem-estar.

Portanto, ressalta-se a importância de ampliar as discussões e investimentos em políticas públicas e práticas institucionais voltadas à saúde mental na adolescência, considerando a urgência e a relevância do tema. Promover o cuidado emocional desde a escola implica reconhecer o adolescente em sua integralidade, fortalecendo redes de apoio e construindo caminhos que favoreçam um desenvolvimento mais saudável, crítico e consciente. Dessa forma, este trabalho reafirma a necessidade de uma atuação interdisciplinar e comprometida com a promoção da vida, do bem-estar e da dignidade dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AVANCI, J. Q. *et al.* Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 287–294, jul. 2007.

BENETTI, S. P. DA C. *et al.* Adolescência e saúde mental: revisão de artigos brasileiros publicados em periódicos nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 6, p. 1273–1282, jun. 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. *Saúde mental*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 5 dez. 2025.

FRANSCHINI, R.; VIANA, M. N. **Psicologia escolar: que fazer é esse? / CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**. - BRASÍLIA: CFP, 2016.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano: fundamentos para a atuação em Psicologia Escolar. In: DAZZANI, M. V.; SOUZA, V. L. (orgs). **Psicologia Escolar Crítica: teoria e prática nos contextos educacionais**. Campinas: Alínea, 2016.

OLIVEIRA, B. C.; RAMOS, V. R. L.; SOUZA, V. L. T. Parceria Crítica: possibilidades de atuação em psicologia escolar. In: MARINHO-ARAÚJO, A. M.; TEIXEIRA, A. M. B. (orgs) **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica**. Campinas -SP: Alínea, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Adolescent health**. Genebra: WHO, [s.d.]. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/adolescent-health>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

ROSSI, L. M. et al.. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. e00125018, 2019.

SANTOS, J. D. dos; BOMFIM, L. A.; NASCIMENTO, R. G. da C. O psicólogo escolar e educacional: atuação e prática no fortalecimento da educação. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. e7711, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N3-061.

Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/7711>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SILVA, G. V. da *et al.* Promoção de saúde mental para adolescente em uma escola de ensino médio - Um relato de experiência. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 133-148, ago. 2019. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13
jan. 2026. <https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.nº02rex28>.

TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISOCIAL : fatores congenitos e sociais que influenciam no desenvolvimento do psicopata criminoso

Sofia Meneguetti Vergani
Granduanda em psicologia
sofiavergani123@gmail.com

Sofia Coimbra Vieira
Granduanda em psicologia
sofscovi@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF – Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A origem do conceito de psicopatia – Transtorno de Personalidade Antissocial – leva em consideração os sintomas de deficiência intelectual e os comportamentos anormais e antissociais que constituem a expressão primária de seu distúrbio. Atualmente, é definida como uma etiologia – estudo das causas das doenças - genética e ambiental. Destaca-se o papel cerebral e hereditário no estabelecimento de respectivas psicopatologias. Sendo assim, é um fenômeno de origem biopsicossocial. Simultaneamente, o contexto social e a interação entre os indivíduos é primordial no desenvolvimento pessoal. Ademais, a cultura tem grande influência nas formas das relações sociais como um todo, incluindo o conceito de certo e errado. As concepções culturais de psicopatia dependem de fatores como a religião, política e a época em questão. Isso influencia na percepção e no tratamento de pessoas com esse transtorno nas diferentes sociedades.

A maioria dos assassinos em série e criminosos conhecidos possuem traços do Transtorno de Personalidade Antissocial, porém, nem todo criminoso é psicopata e nem todo psicopata é criminoso. Apesar de terem maior probabilidade no envolvimento em atividades criminosas devido a sua impulsividade e falta de remorso, grande parte dos portadores desse transtorno nunca cometerão crimes ou infringirão as leis.

A relevância do presente trabalho é conscientizar o corpo social a respeito das possíveis contribuições negativas vindas da sociedade para o

Transtorno de Personalidade Antissocial e destacar as características principais desse transtorno.

O objetivo deste artigo é revisar os estudos literários que dizem respeito à influência do contexto social no desenvolvimento do psicopata criminoso e como estes trazem impactos à sociedade.

A metodologia utilizada foi a revisão de literatura crítica com o uso de artigos científicos e estudos sobre o tema, além do uso da série “Dahmer: Um Canibal Americano”, exclusivo da plataforma de streaming Netflix.

2. OS CONCEITOS DE PSICOPATIA

Segundo Hare (2013), a psicopatia é caracterizada por um conjunto de traços de personalidade e comportamentos que se desviam das normas sociais, além da falta de empatia, emoções rasas e ausência de remorso e culpa. “Pessoas com esse transtorno desrespeitam os desejos, direitos ou sentimentos dos outros. Com frequência, enganam e manipulam para obter ganho ou prazer pessoal” (American Psychiatric Association, 2014 p. 660).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Dsm-5) não diferencia psicopatia de transtorno de personalidade antissocial e o diagnóstico da patologia só pode ser feito depois dos 18 anos, se os sintomas do transtorno forem apresentados antes dos 15 anos de idade (Assencio; Milhomem, 2023, p. 262).

De acordo com o Dsm-5 (2014, p. 659), os psicopatas possuem o transtorno da conduta (padrões de comportamento repetitivos e persistentes que ferem os direitos humanos e violam normas e regras sociais vistas como apropriadas). Esses padrões se encaixam em 4 categorias: agressão aos seres vivos, destruição de propriedades, fraude ou roubo e intensa violação de regras.

“Os transtornos de personalidade (TP) não são propriamente doenças, mas anomalias do desenvolvimento psíquico, sendo considerados, em psiquiatria forense, como perturbação da saúde mental” (Morana; Stone; Abdalla Filho, 2006, p.1). Ou seja, sendo um transtorno de personalidade, a psicopatia interfere no bem-estar da mente de seu portador. Tendo em vista esse conjunto de características, “a

prevalência da psicopatia estaria ao redor de 1% na população geral e de 15-20% na população carcerária (Morana, 2003, p. 5 apud Hare, 1995, p. 4-5)".

Apesar de que nem todo psicopata é criminoso e nem todo criminoso é psicopata, Hare (2013, p. 100) afirma que "a quantidade de atos violentos e agressivos cometidos por eles, tanto dentro quanto fora da prisão, supera em mais de duas vezes o número dos demais criminosos". O autor completa que a psicopatia "é sinônimo de problema para o resto da humanidade. Assim como o grande tubarão branco é uma máquina natural de matar, os psicopatas desempenham naturalmente o papel de criminosos" (Hare 2013, p. 118).

Um caso conhecido internacionalmente que exemplifica o pensamento de Hare, é o de Jeffrey Lionel Dahmer. Nascido em 1960 em Milwaukee, nos Estados Unidos, é considerado um dos criminosos mais violentos já vistos. O seriado Dahmer: Um Canibal Americano, exclusivo da plataforma Netflix, foi baseado em fatos da sua história de vida.

Conforme apresentado na série, sua infância foi marcada pelas brigas e discussões constantes entre seus pais. Ele era uma criança muito introvertida e não se comunicava bem – tanto na escola quanto em casa. Desde pequeno sempre teve muito interesse em animais e costumava guardar alguns insetos em potes de vidro para serem preservados. Seu pai, por ser químico, sempre o incentivou em suas experiências com esses animais mortos, acreditando que se tratava apenas de uma curiosidade infantil pela biologia. Na adolescência, Jeffrey se destacava na escola e participava de muitas atividades. Ainda muito novo, começou a beber para tirar os pensamentos ruins e agressivos que invadiam sua mente e descobriu sua homossexualidade. Dahmer cometeu seu primeiro crime aos 18 anos. Ele se encontrava com homens em locais públicos, convidava-os para sua casa e os drogava. Em seguida, matava-os, tirava fotos de seus corpos e guardava uma parte de seus cadáveres como souvenir. Em seu apartamento foram encontrados cabeças decapitadas, crânios pintados, pedaços de pele e órgãos, membros sendo dissolvidos em galões com produtos químicos e fotos Polaroid das vítimas.

Em uma pesquisa conduzida por Dr. Francis Moreira (2023), o cientista relata que o diagnóstico original do assassino foi: transtorno de personalidade borderline, transtorno de personalidade esquizotípica e transtorno psicótico. De

acordo com a pesquisa, foi concluído que outros fatores também influenciaram para o estado mental de Dahmer, como traumas de infância e o uso abusivo de substâncias psicoativas pela mãe durante a gestação. Sendo assim, seu diagnóstico original estava incompleto, pois não continha toda a gama de fatores que contribuíram para o desvio de seu comportamento.

Para o diagnóstico de um transtorno de personalidade, é necessária uma avaliação precisa que investigue todo o histórico e padrões de comportamento considerados anormais do indivíduo (Morana; Stone; Abdalla Filho, 2006).

É importante ressaltar que “a psicopatia, no imaginário social, por vezes acaba sendo restrita aos crimes mais chocantes veiculados pela mídia. Essa percepção historicamente idealizada leva à negligência de posturas indicativas do transtorno” (Santos; Domingos; Chaves, 2017, p.2). De forma resumida, se os indicativos fossem observados e tratados inicialmente, talvez os crimes poderiam ser evitados. Para Bittencourt (1981, p. 22 apud Zac, 1977), “a psicopatia é o campo intermediário entre os estados patológicos manifestos e o limite das neuroses”. A patologia se trata de alterações funcionais e biológicas no organismo. As neuroses, por sua vez, são definidas como um quadro clínico atípico de sentimentos e emoções negativas. Sendo assim, a psicopatia se mostra presente na junção e expressão de desequilíbrios mentais e comportamentais.

Como afirmam Bins e Taborda:

A personalidade consiste em características afetivas, físicas e intelectuais que dão a cada pessoa tanto individualidade como semelhanças aos demais. É o resultado da interação entre características biológicas ou geneticamente determinadas do indivíduo e o meio ambiente (Bins; Taborda, 2016, p. 9).

A partir disso, conclui-se que tanto fatores externos quanto internos são primordiais para a formação da personalidade de todos os indivíduos. Continuadamente, “muitas vezes, os diversos fatores estão relacionados, o que torna um desafio a determinação de quais fatores ambientais realmente tiveram influência causal sobre a psicopatia e quais foram somente correlacionados” (Bins; Taborda, 2016, p. 10).

Existem ainda aspectos biológicos que não são de natureza genética, mas que também interferem no desenvolvimento da personalidade. Como exemplo, um comportamento de maior agressividade pode estar relacionado

a níveis maiores do hormônio testosterona. Por outro lado, níveis aumentados de serotonina podem gerar um comportamento mais sociável (Morana; Stone; Abdalla Filho, 2016, p. 1).

Compreende-se, portanto, que as pessoas com psicopatia apresentam características biológicas e genéticas que influenciam seus hábitos e comportamentos. Mas, para além disso, fatores ambientais como a cultura e o contexto social podem influenciar a forma com que o psicopata se porta diante da sociedade, aspectos a serem apresentados no capítulo seguinte.

3. CONTEXTO SOCIAL E FATORES INFLUENCIADORES

Pedrinho Matador – Pedro Rodrigues Filho – nasceu em 1954. Segundo Marques (2019, p. 51), ele é considerado o maior serial killer do Brasil, o 5º maior do mundo e chegou a assumir a execução de mais de 100 homicídios. Quando sua mãe ainda estava grávida do menino, seu pai golpeou sua barriga com vários chutes, ocasionando um afundamento no crânio de Pedro.

Ainda conforme Marques (2019, p. 53), seu primeiro homicídio foi aos 14 anos, quando matou seu primo depois que ele desferiu um soco em seu rosto. O segundo homicídio foi o do vice-prefeito de sua cidade, após ele demitir seu pai de uma forma que julgou injusta. Após isso, matou várias pessoas das quais julgava “covardes” e que haviam feito algo contra ele.

Pedro foi preso duas vezes e passou o resto de sua vida encarcerado. Dentro das prisões que ficou, matou 49 pessoas – segundo ele, pessoas que “não prestavam” – inclusive seu próprio pai (Barreto, 2022, p. 56).

[...] há fortemente em Pedro, características frias e uma disposição para descarregar no outro seu comportamento agressivo, permeado pelo ódio. É evidenciada em Pedrinho a ausência de capacidade de conseguir colocar-se na situação do outro, provido por uma temeridade causada por uma imaturidade psicológica e alteração no comportamento psico-afetivo, social e intelectual. As origens de características frias e reações emocionais impulsivas de Pedro são moldadas por uma construção de afetos superficiais e pobres que recebeu ao longo de sua vida (Souza, 2014, p. 193).

De acordo com Bins e Taborda (2016, p.12), “as pessoas são o resultado de seus genes em interação com o ambiente, portanto demonstram diferenças individuais na capacidade de se comportar de acordo com padrões

considerados moralmente apropriados [...]”. Zac (1977, p.23) confirma esse pensamento e ressalta que “a confluência de elementos endógenos e externos que atuam sobre o ser humano como totalidade facilitou o enfoque de uma série de fatores que deveriam ser considerados operantes para a eclosão da doença mental”. Dessa forma, é possível fazer uma associação com a história de Pedrinho, tendo em vista que o mesmo sofreu um traumatismo craniano ainda no ventre e cresceu com pouco afeto durante a vida.

Até 2023, Pedro respondia em liberdade. Ele contava que havia se convertido ao cristianismo, que se arrependeu dos crimes e ainda gravava vídeos para o Youtube dando conselhos para os jovens a não entrarem no mundo do crime. Foi assassinado no dia 5 de março de 2023 (Marques, 2019, p.54).

Seguindo essa lógica, a sociedade apresenta uma série de normas e condutas que são moralmente aceitas e quando o indivíduo se afasta delas ele é considerado inadequado e desviante. Entretanto, “os valores dos indivíduos, em alguma medida, são reflexo do ambiente onde eles estão inseridos, algo que irá orientar seus modos de agir [...]” (Monteiro, 2014, p.82). Percebe-se que, o corpo social despreza o cidadão que comete falhas, sem se dar conta de que ele também é responsável por tais atos ou por, em algum nível, instigá-los.

“Atuando na expressão gênica, fatores ambientais podem modificar o cérebro, alterando os traços psicopáticos, aumentando o risco para a patologia ou, ao contrário (de maneira positiva), protegendo o indivíduo” (Bins; Taborda, 2016, p.14). A partir dessa afirmação, pode-se analisar que tanto Jeffrey Dahmer quanto Pedrinho Matador tiveram fatores externos – como o alcoolismo da mãe de Dahmer, o traumatismo craniano de Pedro e a falta de afeto na infância de ambos – que podem ter afetado o modo de pensar e agir desses psicopatas.

Em relação aos traços de psicopatia e aos riscos do desenvolvimento do transtorno, Bins e Taborda (2016, p. 14) afirmam que estressores ambientais podem influenciar os fatores biológicos e desenvolver consequências no fenótipo do distúrbio. Esses fatores podem tanto aumentar o risco para a patologia quanto diminuí-lo. Os autores ainda completam que o risco para a patologia pode aumentar se forem associados a ambientes familiares disfuncionais e com falha na proteção básica.

Além dos fatores psicossociais, alguns estudos sobre psicopatia indicam que o cérebro do psicopata possui alterações em regiões primordiais para o convívio social, como o córtex pré-frontal, córtex ventromedial, amígdala e o sistema límbico (Assencio; Milhomem, 2023, p. 266).

No que se refere à amígdala, ela é mais atrofiada nas pessoas que possuem o desejo de matar, então o sistema de liberação de dopamina é desbalanceado. Com isso, o córtex pré-frontal ventromedial (responsável pelas decisões sociais) e o córtex pré-frontal dorsolateral (responsável pela moderação dos comportamentos sociais e decisões emocionais) não atuam de maneira funcional (Silveira, 2023, p.539).

Apesar de todos os fatores citados, Assencio e Milhomem (2023, p.269) relatam que muitos psicopatas nunca chegam a ser presos. Eles vivem de forma tranquila e seguem carreiras bem-sucedidas, como médicos, advogados, artistas e empresários. Porém, apesar de sua aparência próspera e de não cometerem nenhum crime, ainda são pessoas egocêntricas e manipuladoras; a razão pela qual esses comportamentos são mais disfarçados é a boa estrutura familiar e o desenvolvimento de habilidades sociais bem-vistas.

Em suma, a sociedade tende a invisibilizar fatores influenciadores – sociais e congênitos – ao não se atentar aos sinais mostrados pelo indivíduo na infância, predispondo-o à criminalização. Após a realização do crime, o corpo social culpabiliza apenas a presença da patologia e não o seu processo de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a literatura citada sobre o Transtorno de Personalidade Antissocial – conhecido também como psicopatia – é possível perceber a complexidade da sua origem e suas diferentes formas de manifestação.

Os famosos casos de Jeffrey Dahmer e “Pedrinho Matador” mostram como as experiências negativas e traumáticas na infância contribuem para que comportamentos violentos e antissociais se desenvolvam. Ambos os casos demonstram que tanto fatores ambientais quanto fatores genéticos moldam os padrões de comportamento considerados desviantes.

O impacto dos psicopatas pode ser significativo na sociedade, embora representem uma pequena porcentagem da população geral. No entanto, é necessário ressaltar que nem todo indivíduo com esse transtorno se envolve em atividades criminosas, assim como nem todo criminoso é portador dessa patologia.

É importante que a sociedade não reaja apenas aos crimes que foram cometidos, mas identifique e intervenha preliminarmente aos sinais divergentes da norma padrão de comportamento. Ademais, o corpo social deve entender suas responsabilidades em criar ambientes e situações que promovam o bem-estar psicológico e minimizem os fatores de risco de todos os indivíduos.

Nesse sentido, faz-se necessária a conscientização sobre os impactos da cultura e do contexto social para o desenvolvimento da psicopatia criminosa, para que se possa abordar o problema de maneira eficaz.

Portanto, é essencial que mais estudos sejam realizados para desenvolver prevenções terapêuticas e intervenções no início da infância.

Concomitantemente, o diagnóstico precoce é fundamental para que o tratamento adequado seja aplicado.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRÊZA, R. et al. *Crime ou transtorno: a psicopatia no contexto da segurança pública*. Disponível em:
[http://www.direitoshumanos2017.abrasme.org.br/resources/anais/8/1490995548_ARQUIVO_Artigo\(1\).pdf](http://www.direitoshumanos2017.abrasme.org.br/resources/anais/8/1490995548_ARQUIVO_Artigo(1).pdf). Acesso em: 28 maio. 2024.

ARFELI, G. F. M. ; JÚNIOR, O. G. *Psicopatia como Ideologia: Um Instrumento de Manutenção da Sociedade Capitalista*. Revista Psicologia e Saúde, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e15121831, 2023. DOI: 10.20435/pssa.v15i1.1831. Disponível em:
<https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/1831>. Acesso em: 27 maio. 2024.

ASSENCIO, G. B.; MILHOMEM, N. R. S. *A influência dos fatores biopsicossociais sobre o comportamento do psicopata criminoso*. Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 41, 7 maio 2023.

BARRETO, Rafaela Lourenço. *O perfil dos serial killers: estudo de casos (Ted Bundy e Pedrinho Matador)*. Universidade Federal de Paraíba, Paraíba. Jun 2022.

Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28683>. Acesso em: 26 maio. 2024.

BINS, H. D. de C. B.; TABORDA, J. G. V. *Psicopatia: influências ambientais, interações biossociais e questões éticas*. Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 8–15, 2016. DOI: 10.25118/2236-918X-6-1-1. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/143>. Acesso em: 27 maio. 2024.

BITTENCOURT, M, I. (1981). *Conceito de psicopatia: elementos para uma definição*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 33(4), 20-34. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18612>. Acesso em: 26 maio. 2024.

CAMPOLINA DE SOUZA, M. *Os efeitos do comportamento traduzidos pelos fatores e ações que engendram a personalidade psicopática. The effects of the behavior translated by factors that engender psycopath personality*. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano3_vol1_2014_artigo12.pdf. Acesso em: 26 maio. 2024.

Dahmer: um Canibal Americano. Direção: Ryan Murphy. Netflix. 21 set, 2024. Duração: 481 minutos. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81287562>.

HARE, Robert D. *Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MARQUES, Gabriela Renata Quaresma. *A construção do psicopata brasileiro pelo judiciário e pela mídia: um estudo do caso "Pedrinho Matador"*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Dez 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12130>. Acesso em: 29 maio. 2024.

MONTEIRO, Renan Pereira. *Entendendo a psicopatia: contribuição dos traços de personalidade e valores humanos*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MORANA, Hilda Clotilde Penteado. *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial*. 2003. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. doi:10.11606/T.5.2004.tde-14022004-211709. Acesso em: 2024-05-27.

MORANA, H. C. P.; STONE, M. H.; ABDALLA-FILHO, E. *Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers*. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, n. suppl 2, p. s74–s79, out. 2006.

MOREIRA, Luciana Reis et al. *A construção da psicopatia no contexto da cultura do medo*. Revista de Psicologia da IMED, [ISSN], e21755027, v. 2, n. 1, p. 297-306,

2010. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5155009>. Acesso em: 28 maio.
2024.

RODRIGUES, Fabiano de Abreu; SILVEIRA, Francis Moreira da. *Jeffrey Dahmer: multifatoriedade à luz da neurociência*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 532–548, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i1.8273. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8273>. Acesso em: 27 maio. 2024.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: um estudo introdutório sobre aspectos conceituais, diagnósticos, familiares e intervenções psicológicas

Carolina Ferreira Rodrigues
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
carolina_30a@hotmail.com

Marina Carmo Vieira
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
marinacarmovieira@gmail.com.br

Sofia Muniz Alves Gracioli
Professora Uni-FACEF – Doutora FFCLRP-USP
sofiagracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo discute o TEA a partir de uma revisão bibliográfica, abordando sua definição, critérios diagnósticos, aspectos etiológicos, impactos no contexto familiar e possibilidades de intervenção na área da Psicologia. A relevância do tema se justifica pelo aumento da visibilidade do transtorno, pela necessidade de diagnóstico precoce e pela importância de práticas inclusivas e humanizadas no cuidado às pessoas autistas. O estudo evidencia que o acompanhamento multiprofissional, incluindo a atuação psicológica, é fundamental para o desenvolvimento de habilidades e para a promoção da qualidade de vida.

2. RECORTE

O Transtorno do Espectro Autista, também conhecido pela sigla TEA, tem sido amplamente discutido nas áreas da saúde, educação e psicologia por se tratar de uma condição do neurodesenvolvimento que afeta diferentes dimensões da vida do indivíduo. O aumento das discussões sobre o tema acompanha a ampliação dos diagnósticos, a maior circulação de informações na sociedade e a necessidade de estratégias de cuidado adequadas às demandas das pessoas autistas e de suas famílias.

A proposta deste artigo é apresentar um panorama introdutório sobre o autismo, destacando os principais aspectos que envolvem sua compreensão científica e social. Em consonância com as orientações da imagem enviada, a pesquisa está organizada em tema, recorte, justificativa, objetivo e metodologia, além do desenvolvimento teórico e das considerações finais, conforme a estrutura básica esperada em artigos científicos.

3. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a escolha do tema relaciona-se à relevância acadêmica e social do TEA. No Brasil, levantamentos recentes indicam milhões de pessoas diagnosticadas com autismo, o que demonstra a necessidade de aprofundamento científico e de políticas públicas voltadas à inclusão e ao atendimento especializado (IBGE, 2022).

Além disso, o estudo do autismo revela-se fundamental para a formação em Psicologia, pois possibilita compreender melhor os processos de desenvolvimento humano, avaliação psicológica, intervenção precoce e suporte às famílias (MORAES et al., 2014).

4. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

Objetivo geral: Discutir o TEA sob a ótica psicológica, enfatizando características, etiologia, impactos e intervenções.

Objetivos específicos: Apresentar o conceito de TEA; descrever critérios diagnósticos; analisar fatores etiológicos; e examinar o atendimento multiprofissional com foco psicológico.

5. METODOLOGIA

A metodologia adotada configura-se uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, baseada em produções científicas, materiais normativos e textos de referência sobre o assunto. Essa abordagem adequa-se a trabalhos introdutórios, pois permite reunir e sintetizar diferentes contribuições teóricas sobre o tema, favorecendo uma visão ampla e fundamentada (MORAES et al., 2014).

6. O CONCEITO DE AUTISMO

O autismo foi descrito inicialmente na literatura psiquiátrica como um conjunto de características relacionadas ao isolamento social, dificuldades de linguagem e comportamentos repetitivos (SILVA et al., 2000).

Atualmente, a compreensão mais aceita configura-se a de que trata-se de um espectro, isto é, de um conjunto heterogêneo de manifestações que variam em intensidade e apresentação clínica (REVISTA MASTER / IMEPAC, 2026).

Essa mudança conceitual revela-se importante porque rompe com visões antigas e simplificadas do transtorno, reconhecendo a diversidade de perfis dentro do TEA. Segundo o DSM-5, todos os critérios diagnósticos devem ser atendidos para o diagnóstico de TEA: déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos; padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; sintomas presentes no período inicial do desenvolvimento; e prejuízos clinicamente significativos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013, p. 50).

Assim, não se trata apenas de uma dificuldade isolada, mas de um modo específico de funcionamento que pode afetar o cotidiano, a aprendizagem e as relações interpessoais (INSTITUTO NEUROSABER, 2026).

A noção de espectro implica também que pessoas autistas podem apresentar diferentes níveis de suporte, habilidades e desafios. Algumas necessitam de apoio intenso em várias áreas da vida, enquanto outras apresentam maior autonomia, embora ainda possam vivenciar dificuldades em contextos sociais ou sensoriais. Essa diversidade exige avaliações individualizadas e intervenções ajustadas às necessidades de cada sujeito (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

6.1 Os critérios diagnósticos e identificação precoce

O diagnóstico do TEA é clínico e envolve observação do comportamento, entrevista com a família e análise do desenvolvimento global do indivíduo (INSTITUTO NEUROSABER, 2026).

Os sinais podem surgir ainda na primeira infância, sobretudo em alterações na comunicação, no contato visual, na resposta ao nome, na reciprocidade social e na presença de comportamentos repetitivos. A identificação precoce revela-se fundamental para ampliar as possibilidades de intervenção e apoiar o desenvolvimento da criança (GOMES et al., 2006).

Na prática, a avaliação diagnóstica exige cuidado ético e técnico, pois alguns sinais podem se confundir com outras condições do desenvolvimento ou variar conforme a idade e o contexto. Por isso, o processo deve ser conduzido por equipe capacitada, preferencialmente interdisciplinar, envolvendo psicólogos, psiquiatras, neurologistas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

A importância do diagnóstico precoce está ligada ao fato de que intervenções iniciadas nos primeiros anos de vida tendem a apresentar melhores resultados no desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e adaptativas. Além disso, a identificação antecipada auxilia a família a compreender a condição e a buscar estratégias mais adequadas de cuidado e acompanhamento (GONDIM et al., 2005).

6.2 Aspectos etiológicos do TEA

A origem do TEA é multifatorial, envolvendo a interação entre fatores genéticos e ambientais, com participação de alterações neurobiológicas, como diferenças em regiões cerebrais relacionadas à socialização, processamento emocional e integração sensorial (REVISTA MASTER / IMEPAC, 2026).

Há evidências de que determinados genes e mutações podem aumentar a predisposição ao transtorno, embora não exista uma causa única e isolada (SILVA et al., 2000).

A literatura atual rejeita explicações simplistas ou culpabilizantes. Durante muito tempo, circularam ideias equivocadas que associavam o autismo à criação familiar ou à postura materna, mas tais concepções não encontram respaldo científico. Esse ponto revela-se importante para a Psicologia, pois reafirma a necessidade de combater estigmas e discursos que responsabilizam indevidamente as famílias (MORAES et al., 2014).

Além dos fatores genéticos, investigações recentes discutem alterações no sistema imunológico, no processamento sensorial e em redes de conectividade cerebral como elementos relacionados ao TEA. Embora ainda existam muitas questões em aberto, a produção científica tem avançado na compreensão da complexidade do transtorno (REVISTA MASTER / IMEPAC, 2026).

7. OS IMPACTOS NA FAMÍLIA

O diagnóstico de TEA costuma afetar não apenas a pessoa autista, mas todo o sistema familiar (GONDIM et al., 2005).

A família frequentemente vivenciam sentimentos de medo, insegurança, culpa, frustração e sobrecarga, especialmente quando o diagnóstico é tardio ou quando há dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Essa realidade demonstra a necessidade de acolhimento psicológico tanto para a criança quanto para seus cuidadores (SOUZA et al., 2021).

A rotina familiar tende a ser reorganizada em função das demandas terapêuticas, educacionais e comportamentais da pessoa autista. Muitas famílias precisam conciliar consultas, atendimentos, adaptações escolares e questões financeiras, o que pode gerar desgaste emocional e físico. Nesse contexto, o suporte psicológico assume papel importante na escuta, orientação e fortalecimento dos vínculos familiares (GONDIM et al., 2005).

Outro aspecto relevante é a necessidade de orientação sobre o desenvolvimento infantil e sobre formas mais adequadas de comunicação e manejo comportamental. Quando a família compreende melhor o TEA, tende a participar mais ativamente do processo terapêutico e a construir estratégias mais efetivas para lidar com desafios cotidianos (MORAES et al., 2014).

8. A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO PARA PESSOAS COM TEA

A inclusão escolar de estudantes autistas constitui-se um tema central nas discussões contemporâneas sobre educação e direitos humanos (MARTINS et al., 2025).

A escola precisa ser pensada como espaço de convivência, aprendizagem e pertencimento, o que implica adaptações pedagógicas, formação

docente e práticas inclusivas reais. No entanto, a inclusão ainda enfrenta obstáculos, como falta de preparo institucional, preconceito e recursos insuficientes (SOUZA et al., 2021).

Para que a inclusão aconteça de maneira efetiva, é necessário considerar as particularidades sensoriais, comunicacionais e sociais do estudante autista. Estratégias como rotinas previsíveis, mediação adequada, flexibilização de atividades e apoio à comunicação podem favorecer a participação escolar. O trabalho conjunto entre escola, família e profissionais da saúde contribui para um processo mais consistente (MARTINS et al., 2025).

A Psicologia pode colaborar com esse cenário por meio de orientação escolar, avaliação das necessidades do estudante e construção de práticas que promovam autonomia e vínculo. Dessa forma, o processo de inclusão deixa de ser apenas formal e passa a ser vivenciado como experiência concreta de respeito à diversidade (GOMES et al., 2006).

8.1 A Família, escola e inclusão

A relação entre família e escola constitui-se um dos pontos mais sensíveis no processo de inclusão da criança com TEA. Estudos indicam que a parceria entre pais, responsáveis e professores é fundamental para sustentar práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades da criança (MORAES et al., 2014). Quando essa aliança é frágil, a inclusão tende a se tornar mais difícil e menos efetiva (MARTINS et al., 2025).

A escola frequentemente é o espaço em que as dificuldades se tornam mais visíveis, pois exige interação social, comunicação, adaptação a regras e participação em atividades coletivas. Nesse sentido, a criança autista precisa de mediações que favoreçam previsibilidade, segurança e acesso real ao currículo (SOUZA et al., 2021).

A família, por sua vez, geralmente enfrenta reorganizações importantes após o diagnóstico. A literatura mostra que o nascimento ou a identificação de uma criança com TEA mobiliza mudanças emocionais e práticas no núcleo familiar, exigindo novos modos de cuidado, rotina e diálogo com a escola (GONDIM et al., 2005).

9. AS INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E MULTIPROFISSIONAIS

As intervenções voltadas ao TEA devem ser individualizadas e baseadas em evidências científicas. Entre as abordagens mais citadas está a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que utiliza princípios de aprendizagem para desenvolver habilidades e reduzir comportamentos que dificultam a adaptação (GOMES et al., 2006).

Essa abordagem é frequentemente mencionada em estudos por seus resultados positivos em diferentes contextos. Além do ABA, outras intervenções podem ser úteis conforme a necessidade do caso, como fonoaudiologia, terapia ocupacional, apoio psicopedagógico e acompanhamento psicológico. O trabalho integrado permite uma visão mais ampla do sujeito, evitando reducionismos. Na Psicologia, o acompanhamento pode envolver manejo de emoções, orientação parental, fortalecimento de habilidades sociais e suporte ao desenvolvimento da autonomia (MORAES et al., 2014).

É importante destacar que nenhuma intervenção isolada resolve todas as demandas associadas ao TEA. O mais adequado é um plano terapêutico articulado, construído a partir de avaliação contínua e da participação da família. A eficácia do cuidado depende de acesso, continuidade e adequação das estratégias adotadas (GOMES et al., 2006).

10. QUAL É O PAPEL DA PSICOLOGIA

A atuação do psicólogo junto a pessoas autistas e suas famílias é ampla e atravessa diferentes fases do desenvolvimento. Na infância, o profissional pode contribuir para avaliação, intervenção precoce, orientação parental e suporte socioemocional. Na adolescência e vida adulta, a Psicologia também pode auxiliar em questões de identidade, autonomia, vínculos afetivos, ansiedade e adaptação social (SOUZA et al., 2021).

No contexto clínico, o psicólogo precisa adotar uma postura ética, acolhedora e livre de preconceitos. Isso significa reconhecer a singularidade de cada pessoa autista, respeitar suas formas de comunicação e evitar interpretações

patologizantes sobre comportamentos que fazem parte de seu modo de estar no mundo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Além disso, a Psicologia pode contribuir para a conscientização social sobre o autismo, combatendo mitos e promovendo informação qualificada. Esse papel é especialmente relevante em um cenário em que ainda existem muitos estigmas e desinformação sobre o TEA (MORAES et al., 2014).

10.1 Breve histórico das abordagens psicológicas sobre o autismo

A compreensão do autismo passou por transformações importantes ao longo do tempo. Observa-se que diferentes matrizes teóricas buscaram explicar o fenômeno, incluindo psicanálise, teorias afetivas, teoria da mente, abordagens neuropsicológicas e processamento da informação (SILVA et al., 2000).

Essa diversidade revela que o autismo foi, e ainda é, objeto de interpretação em múltiplos campos do conhecimento. Na Psicologia, esse percurso histórico é relevante porque mostra a passagem de explicações mais centradas na subjetividade para modelos que articulam desenvolvimento, cognição, linguagem e neurobiologia. Em vez de uma explicação única, a literatura aponta para a necessidade de integrar diferentes níveis de análise para compreender o TEA de forma mais consistente (REVISTA MASTER / IMEPAC, 2026).

Essa ampliação teórica também contribuiu para a mudança do olhar sobre a pessoa autista. O foco deixou de ser exclusivamente o déficit e passou a incluir competências, potencialidades e condições de apoio que favorecem o desenvolvimento (MORAES et al., 2014).

11. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A produção científica brasileira em Psicologia e Educação mostra crescimento no interesse pelo tema, com predominância de estudos voltados à caracterização do autismo e à elaboração de intervenções para redução de sintomas e promoção do desenvolvimento (MORAES et al., 2014).

Esse dado é importante porque indica que o campo vem se organizando para responder às demandas sociais e clínicas relacionadas ao TEA. Parte considerável das pesquisas brasileiras concentra-se em intervenções psicoterápicas e fonoaudiológicas, além de discussões sobre escolarização e inclusão. Isso demonstra que o autismo não é estudado apenas como diagnóstico, mas como condição que mobiliza práticas educacionais, clínicas e familiares (GOMES et al., 2006).

A mesma revisão destaca que a literatura nacional ainda precisa avançar em estudos mais amplos sobre a diversidade de perfis autistas, bem como sobre as condições concretas de atendimento no contexto brasileiro. Para a Psicologia, isso significa a necessidade de pesquisas que considerem classe social, acesso a serviços, território e políticas públicas (MORAES et al., 2014).

12. COMO É O AUTISMO NA ADOLESCÊNCIA

A adolescência configura-se uma fase particularmente complexa para pessoas autistas, pois combina transformações corporais, exigências sociais mais intensas e maior demanda por autonomia. Uma revisão integrativa aponta que o TEA na adolescência ainda recebe menos atenção do que na infância, apesar de envolver questões importantes de adaptação, identidade e convivência social (SOUZA et al., 2021).

Nesse período, podem surgir dificuldades relacionadas à ampliação das responsabilidades, à construção de vínculos e à compreensão de normas sociais mais implícitas. Por isso, o suporte psicológico continua sendo necessário não apenas para a pessoa autista, mas também para familiares e professores (SOUZA et al., 2021).

Além disso, a adolescência pode ser uma fase de maior vulnerabilidade emocional, especialmente quando há histórico de exclusão, bullying ou dificuldade de pertencimento escolar. A literatura aponta para a importância de intervenções continuadas, e não apenas concentradas na infância (SOUZA et al., 2021).

13. INTERVENÇÕES PSICOEDUCACIONAIS

Entre as contribuições destacam-se as intervenções psicoeducacionais, que buscam reduzir o sofrimento, organizar rotinas e favorecer o desenvolvimento de habilidades adaptativas (GOMES et al., 2006).

Em crianças pequenas, as prioridades costumam incluir linguagem, interação social, educação especial e suporte familiar (MORAES et al., 2014).

Os estudos ressaltam que mudanças de comportamento devem ocorrer gradualmente, com regras claras, ambiente previsível e adaptação das demandas ao perfil da criança. Esse ponto é central para a Psicologia, pois demonstra que a intervenção precisa considerar a experiência subjetiva da pessoa autista, e não apenas a modificação de respostas observáveis (GOMES et al., 2006).

Além disso, a literatura reforça que comportamentos desafiadores podem estar relacionados à ansiedade, incerteza e dificuldades de comunicação. Assim, a intervenção precisa buscar não só reduzir comportamentos, mas também compreender suas funções e contextos de surgimento (GOMES et al., 2006).

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo retomou o tema do Transtorno do Espectro Autista com foco em aspectos conceituais, diagnósticos, familiares e interventivos. Ao longo do desenvolvimento, foi possível observar que o TEA é uma condição complexa e heterogênea, que exige compreensão interdisciplinar e sensível às singularidades do sujeito (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

Em relação aos objetivos propostos, considera-se que foram alcançados, pois o texto apresentou uma visão geral sobre o transtorno, descreveu os principais critérios diagnósticos, discutiu fatores etiológicos e destacou a relevância da atuação psicológica e multiprofissional (MORAES et al., 2014).

A análise das informações aponta que as intervenções mais efetivas são aquelas iniciadas precocemente, baseadas em evidências e integradas ao contexto familiar e escolar. Também ficou evidente que o enfrentamento das dificuldades vividas por pessoas autistas depende não apenas de tratamento, mas de políticas públicas, formação profissional e inclusão social (GOMES et al., 2006).

Quanto à hipótese inicial de que o autismo exige abordagem multiprofissional e olhar psicológico qualificado, ela se confirma diante da literatura consultada. O TEA não pode ser reduzido a um conjunto de sintomas, pois envolve sujeito, família, escola e sociedade em uma rede de relações que precisa ser compreendida de forma ampla (SILVA et al., 2000).

Como próximos passos de pesquisa, sugere-se aprofundar o estudo sobre práticas inclusivas na escola, intervenção precoce, apoio às famílias e experiências de pessoas autistas ao longo da vida (MARTINS et al., 2025).

Também seria importante investigar, no contexto brasileiro, o acesso aos serviços especializados e os desafios enfrentados para diagnóstico e acompanhamento (IBGE, 2022).

Por fim, recomenda-se ampliar estudos sobre práticas inclusivas, acompanhamento ao longo do ciclo vital e formação de profissionais para o atendimento humanizado e baseado em evidências (MORAES et al., 2014).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL ESCOLA. **Normas da ABNT: formatação de trabalho, modelo**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/normas-da-abnt.htm>. Acesso em: 5 maio 2026.

GONDIM et al. **Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005.

GOMES et al. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 2006.

IBGE. **Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2026.

INSTITUTO NEUROSABER. **DSM-5 e o diagnóstico no TEA**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/dsm-5-e-o-diagnostico-no-tea/>. Acesso em: 5 maio 2026.

MARTINS et al. **Inclusão de alunos com autismo no ensino**. Educação e Realidade, 2025.

MORAES et al. **A produção científica brasileira sobre autismo na Psicologia e na Educação**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2014.

REVISTA MASTER / IMEPAC. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): breve história para discussão**. Disponível em:
<https://revistamaster.imepac.edu.br/RM/article/view/252>. Acesso em: 5 maio 2026.

SILVA et al. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000.

SOUZA et al. **Autismo na adolescência: uma revisão integrativa da literatura**. Educação em Revista, 2021

ÍNDICE

A

Adriana Aparecida Silvestre Gera-
Ribeiro, 69
Amanda Imada Gomes, 8
Anna Clara Costa de Paula Caetano,
59

C

Camile Borba Gomes, 8
Carolina Ferreira Rodrigues, 92

E

Eduarda de Paula Oliveira, 35
Eduardo Marquete Malta Souza, 35

I

Isabella de Andrade Monteiro, 35

L

Laura de Souza Peixe Del Bianco, 8
Letícia Alves, 19

Leticia Bortoliero Prestes, 8

M

Maísa Loren Teodoro de Souza, 69
Manuela Ribeiro Paulute, 59
Maria Clara Cruz de Carvalho Soares,
19
Maria Eduarda Ferreira, 47
Mariana Silva Valentim, 19
Marina Carmo Vieira, 92

P

Paola Caetano de Carvalho, 59

S

Sofia Coimbra Vieira, 82
Sofia Meneguetti Vergani, 82
Sofia Muniz Alves Gracioli, 8, 19, 35,
47, 59, 82, 92

V

Vinícius Teixeira Fulgueiral, 19

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



unifacef.com.br

Av. Dr. Ismael Alonso y Alonso, 2400

0800 940 4688 / (16) 3713-4688



I.C **Uni-FACEF**

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca